GOIASPREV

INVE$T

Nível IV

Relatório de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Goiás

SETEMBRO 2026



EDIÇÃO **009**

ANO **2026**

COMENTÁRIO DA GESTÃO

O mês de setembro de 2026 foi marcado pela retomada das pressões inflacionárias e pela manutenção de um cenário de juros elevados, exigindo cautela na condução dos investimentos. O IPCA registrou alta de 0,82% no mês, elevando a inflação acumulada em 12 meses para 4,58%, acima do limite superior da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. No mercado cambial, o dólar encerrou setembro cotado a R$ 5,1744, com relativa estabilidade. Nesse ambiente, as perspectivas de redução gradual da taxa Selic reforçam a importância de estratégias que conciliem segurança, rentabilidade e proteção dos recursos previdenciários.

O Fundo Previdenciário da GOIASPREV encerrou setembro com patrimônio de aproximadamente R$ 1,041 bilhão, mantendo sua trajetória de crescimento. A rentabilidade mensal foi de 1,05%, frente à meta atuarial de 1,28%. No acumulado de janeiro a setembro, entretanto, o Fundo alcançou rentabilidade de 9,58%, superando a meta atuarial de 8,28%, resultado positivo de 1,30 ponto percentual. Esse desempenho evidencia a consistência da estratégia de investimentos adotada, fundamentada na predominância de ativos de renda fixa, especialmente títulos públicos federais, e no acompanhamento permanente dos riscos.

A carteira segue em processo de adequação à Política de Investimentos de 2026, com destaque para a Subcarteira de Imunização, que representa 52,85% dos recursos, concentrados em títulos públicos federais. Essa estratégia busca ampliar a aderência entre os fluxos dos ativos e os compromissos previdenciários futuros, aproveitando as oportunidades oferecidas pelas taxas de juros reais para a formação de reservas de longo prazo. Paralelamente, a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade assegura flexibilidade à gestão financeira, enquanto a exposição a ativos de maior risco permanece reduzida e controlada.

Nesta edição, destacamos também a coluna Espaço Aberto, que apresenta artigo de Marcos Medeiros da Silva, Diretor de Gestão Integrada e membro do Comitê de Investimentos da GOIASPREV, sobre a evolução da gestão dos recursos previdenciários no Estado de Goiás. O texto resgata importantes avanços institucionais, evidenciando o fortalecimento da estrutura técnica, dos mecanismos de governança e da transparência na administração dos recursos previdenciários.

Seguimos comprometidos com uma gestão técnica, prudente e transparente, orientada pela preservação do patrimônio, pelo cumprimento da meta atuarial e pela sustentabilidade do sistema previdenciário estadual. A consolidação desses resultados reflete o trabalho contínuo de aperfeiçoamento dos processos de investimento, controle de riscos e governança, sempre com foco na segurança dos recursos destinados aos segurados e beneficiários da GOIASPREV.

Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira
Diretor de Gestão de Ativos e Passivos

Antonio Francisco Craveiro Portela
Gerente de Investimentos

SUMÁRIO



4 Cenário Econômico-Financeiro
4 Boletim GINV
5 Boletim FOCUS
6 Conjuntura
8 Perspectiva
10 Análise da Inflação
13 Espaço Aberto
15 Enquadramento
17 Desempenho
24 Rentabilidades
28 Análise das Instituições Financeiras
28 Acompanhamento de Dealers
31 Acompanhamento dos riscos
35 Sustentabilidade ESG
36 Controle das Atividades

CENÁRIO ECONÔMICO

TABELA 1 - BOLETIM GINV SETEMBRO/2026

Indicador	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Crescimento do PIB	1,96%	1,79%	1,53%	1,46%	1,41%	1,36%
Desemprego	5,49%	5,47%	5,48%	5,47%	5,45%	5,43%
Inflação	5,16%	4,93%	4,65%	4,40%	4,15%	3,89%
Dólar	R$ 5,24	R$ 5,39	R$ 5,52	R$ 5,65	R$ 5,78	R$ 5,92
SELIC (fechamento)	13,25% a.a	12,75% a.a	12,20% a.a	11,81% a.a	11,15% a.a	10,58% a.a
SELIC (média)	13,92% a.a	12,63% a.a	12,34% a.a	11,66% a.a	11,28% a.a	10,80% a.a
SELIC REAL (fechamento)	7,69% a.a	7,38% a.a	7,21% a.a	7,10% a.a	6,72% a.a	6,44% a.a
SELIC REAL (média)	8,33% a.a	7,34% a.a	7,35% a.a	6,95% a.a	6,85% a.a	6,65% a.a
META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)	11,10%	10,86%	10,56%	10,30%	10,03%	9,76%

TABELA 2 - FOCUS 30/09/2026

Indicador	2026	2027	2028	2029
Crescimento do PIB	1,85%	1,40%	1,81%	2,00%
Desemprego	-	-	-	-
Inflação	5,01%	4,30%	3,80%	3,51%
Dólar	5,20%	5,28%	5,30%	5,33%
META SELIC (fechamento)	13,50%	12,00%	10,50%	10,00%
SELIC (média)	-	-	-	-
SELIC REAL (fechamento)	8,08%	7,38%	6,45%	6,26%
SELIC REAL (média)	-	-	-	-
META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)	10,94%	10,19%	9,66%	9,35%

CONJUNTURA

Após a trégua típica de agosto, a inflação de setembro veio muito acima das expectativas de mercado, 0,82%.[1] O Boletim Focus, que compila expectativas de instituições do mercado financeiro, apontava na primeira semana de outubro uma expectativa de inflação de 0,60%.[2] A inflação real superou a expectativa em 36,67%. A inflação de setembro em grande medida pode ser explicada pelo efeito rebote[3] uma vez que os meses de julho e agosto tiveram a menor inflação para esses meses desde 2022. Neste ano (2022), o 3º trimestre teve uma inflação acumulada de -1,32%, a menor inflação trimestral da história do real, tendo como explicação o efeito rebote da inflação dos trimestres anteriores, causada pela Guerra Russo-Ucraniana. Em julho e agosto, as respectivas inflações de 0,07% e -0,32% se deveram à queda do preço do petróleo, ao Memorando de Entendimento entre EUA e Irã, e à elevada oferta de alimentos in natura, explicada pela sazonalidade da matriz agropecuária, além da sazonalidade da própria inflação (em parte explicada pela sazonalidade anterior) e pelo bônus da Itaipu.[4] A inflação acumulada de 12 meses está em 4,58%,[5] fora, portanto, da banda da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 3% ± 1,5 p.p.[6] O fim da distribuição do bônus da Itaipu, junto a uma inflação dos transportes (em muito pressionada pela nova alta do petróleo) de 0,89%, fez com que os preços de energia elétrica subissem drasticamente em relação ao mês anterior.[7] Energia e transporte são duas mercadorias com grande potencial de provocar inflação, energia é um custo de produção/manutenção de praticamente tudo que é produzido, transporte é um custo de transação, impactando cumulativamente, portanto, no consumidor final.

O núcleo da inflação acumulado em 12 meses, medido pelo IPCA EX-1 (que exclui itens altamente voláteis, como alguns itens do grupo de Alimentação e Bebidas e combustíveis) que vinha muito próxima da inflação aferida até o mês de julho (4,49%), superando a inflação factual em 0,05 p.p. Em agosto houve um distanciamento entre o núcleo e a inflação, aferindo o núcleo 3,95%, 0,37 p.p. abaixo da inflação factual. Esse distanciamento é explicado pela exclusão dos combustíveis, que em agosto tiveram baixa resultante tanto da anterior queda do preço do petróleo quanto da concorrência com a energia elétrica, beneficiada pelo bônus da usina Itaipu.

Em setembro, o núcleo está em 4,31%, abaixo da inflação em 0,27 p.p, aproximando-se parcialmente da inflação factual.[8] A difusão da inflação (porcentagem de bens que subiram de preço) encerrou o mês em 54,91, valor similar a agosto (54,38). O 3º trimestre de 2026 foi marcado por uma difusão típica de uma economia saudável (entre 40 e 60), tendo em julho de 2026 atingido 49,60, menor valor desde julho de 2025. Os grupos de preços que mais impactaram no IPCA foram Habitação (fortemente influenciado pelo fim do bônus), Alimentação e Bebidas e Transportes. Habitação contribuiu com 0,35p.p. da inflação, os dois outros grupos 0,18p.p. cada, perfazendo os três grupos 0,71p.p. dos 0,82%, 86,89% da inflação.[9]

O dólar encerrou o mês de setembro em R$ 5,1744, aferindo uma mínima queda de 0,19% no mês, tendo sido um mês de elevada estabilidade do câmbio do dólar. Nos últimos 12 meses a queda do dólar foi de 2,79%.[10] Contribui para a estabilidade a ausência de novidades relevantes no cenário internacional, especialmente no conflito entre EUA e Irã e na manutenção do elevado diferencial de juros, que nos últimos 12 meses esteve entre 9,5 p.p e 11,5 p.p.[11] [12] Uma análise de componente principal da moeda de sete potências econômicas (EUA, Reino Unido, Eurozona, China, Índia, Rússia, Japão) e do real, com granularidade trimestral, revela que o real face ao coletivo dessas moedas tem se desvalorizado nos últimos oito anos, ao contrário do dólar e do euro. No entanto, nos últimos trimestres, a cotação dessas duas moedas em reais está em queda. Essa aparente contradição (real desvalorizando internacionalmente contra a queda do dólar e euro) pode ser explicada por: grandes inversões dessas moedas na economia brasileira; perda de valor do real face às outras moedas; desvalorização do dólar e euro face às outras moedas. A análise de componente principal, corroborada pelos índices DXY[13] e EXY[14] (índices de força do dólar e do euro), revela que essas moedas têm se valorizado contra o coletivo das outras, caindo por terra a terceira explicação, no entanto, o noticiário econômico suporta fartamente as outras duas explicações. [15] [16] [17]

A taxa de desemprego permanece próxima de sua mínima histórica (5,1%, aferida no fechamento de 2025), tendo encerrado o trimestre móvel junho-julho-agosto a 5,3%, mesmo valor que no trimestre móvel anterior. No segundo trimestre, a taxa de desemprego ficou em 5,4%. Essa estabilidade da taxa em patamares baixos junto à elevação recente da remuneração pode indicar que o mercado de trabalho brasileiro está próximo de seu máximo potencial de emprego. Sendo esse o caso, a queda do desemprego tenderá a cessar e o crescimento econômico dependerá muito menos do encerramento de ociosidades, passando a depender do crescimento vegetativo (consequente do aumento populacional), comércio internacional e do aumento de produtividade. A proximidade com o pleno emprego encerra um importante elemento de crescimento, ou, dito de outra maneira – o aproveitamento das ociosidades, importante fator de crescimento econômico, aproximou o mercado de trabalho do pleno emprego, pode ter se esgotado.[18]

Fontes:

[1]IBGE: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/48246-ipca-fica-em-0-82-em-setembro

[2]BANCOCENTRAL: https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20261002.pdf

[3] Efeito rebote: Tendência no sentido inverso após um forte impacto (como crescimento após uma forte depressão, ou deflação após uma forte inflação) numa variável econômica. É uma consequência de certas leis econômicas, como do retorno e da utilidade marginal decrescente da microeconomia clássica, ou da tendência à queda da taxa de lucro da teoria da firma marxiana.

[4]IBGE: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/48246-ipca-fica-em-0-82-em-setembro

[5]IBGE: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/48246-ipca-fica-em-0-82-em-setembro

[6]BANCOCENTRAL: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao

[7]IBGE: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/48246-ipca-fica-em-0-82-em-setembro

[8]BANCOCENTRAL: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries

[9]BANCOCENTRAL: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries

[10]INVESTING: https://br.investing.com/currencies/usd-brl-historical-data

[11]TRADINGECONOMICS: https://pt.tradingeconomics.com/united-states/interest-rate

[12]BANCOCENTRAL: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros

[13]NVESTING: https://br.investing.com/indices/usdollar

[14]INVESTING: https://br.investing.com/indices/investing.com-eur-index

[15]OGLOBO: https://oglobo.globo.com/economia/financas/noticia/2025/12/30/bolsa-e-real-tem-melhor-desempenho-desde-2016-entenda-o-que-levou-ao-ano-positivo-nos-indicadores.ghtml#1

[16]BLOOMBERG: https://www.bloomberglinea.com.br/mercados/carry-trade-mantem-brasil-competitivo-mesmo-com-eleicoes-segundo-neuberger-berman/

[17]VALOR: https://valor.globo.com/financas/intraday/post/2025/12/desvalorizacao-do-real-contra-moedas-pares-no-fim-do-ano-e-semelhante-a-2024-diz-santander.ghtml

[18]IBGE: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego



PERSPECTIVA

O mês de setembro de 2026 consolida uma revisão no cenário prospectivo para a inflação e a política monetária doméstica. Em que pese a dissipação gradual dos picos de volatilidade causados por tensões geopolíticas no Oriente Médio e no Leste Europeu, além dos efeitos climáticos exógenos, a inflação (IPCA) demonstra maior resistência do que o antecipado em períodos anteriores. Para 2026, a projeção inflacionária situa-se em 5,16%, superando o teto do intervalo de tolerância da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de 3,00% ± 1,50 p.p. Este valor é muito próximo do que o mercado estima (5,22%). Outro ponto de concordância das projeções GINV com o mercado é a convergência de longo prazo para patamares. As projeções da GINV, a tendência de convergência de longo prazo para 3,5%, diverge-se, no entanto, da velocidade com que tal divergência deve ocorrer, enquanto o mercado prevê tal convergência em 2029, para a GINV, mantidas as premissas, tal convergência não deve ocorrer nos próximos 5 anos, sendo este o período necessário para a inflação anual ficar abaixo dos 4%.[19] Cabe ressaltar que em todo plano real, somente em quatro anos a inflação ficou abaixo dos 4%: 1998 (1,65%), 2006 (3,14%), 2017 (2,95%) e 2018 (3,75). Nem mesmo na crise da pandemia, cuja depressão da demanda agregada (pressão deflacionária) foi fortíssima a inflação desceu abaixo de tal marca. Os desafios no cenário internacional encarecendo insumos estratégicos e elevando risco, além de questões climáticas e perspectivas fiscais devem tornar a inflação mais persistente que o esperado pelo mercado. Essa rigidez do processo inflacionário é explicada pela prevalência de choques de oferta em bens de menor elasticidade-preço da demanda (alimentos, energia e combustíveis) somada à resiliência do consumo das famílias e ao dinamismo do mercado de trabalho.

Diante do cenário inflacionário mais adverso, a autoridade monetária adotou uma postura de maior cautela na condução do ciclo de distensão monetária. A taxa básica de juros (META SELIC) deve encerrar o ano de 2026 em 13,25% a.a., sinalizando cortes de juros mais graduais do que os previstos nas projeções anteriores.

A taxa SELIC média projetada para 2026 fixa-se em 13,92% a.a., registrando uma desaceleração sutil em relação à média de 14,32% a.a. observada em 2025. O aperto monetário residual reflete a necessidade do COPOM em ancorar as expectativas de longo prazo e conter os efeitos de segunda ordem resultantes dos choques exógenos, mantendo a taxa SELIC real de fechamento em patamares restritivos (7,69% a.a. em 2026, evoluindo para 7,38% a.a. em 2027 e estabilizando-se ao redor de 6,44% a.a. em 2031).

A tendência estrutural de desvalorização do real face ao dólar deve se fazer ser sentida, ainda que em baixa intensidade, devido à contraposição do fluxo de capital recente, e ao carry trade[20] e outros elementos pertinentes ao diferencial de juros. Também atenua a tendência de desvalorização estrutural do real face ao dólar os questionamentos recentes ao petrodólar. Nem horizonte relevante, o dólar não deve ultrapassar R$6,00, mantidas as condições.

Em relação à economia real, observa-se desaceleração do ritmo de atividade econômica em 2026, com o crescimento do PIB estimado em 1,96% (ante 2,30% em 2025), refletindo a defasagem temporal dos efeitos da política monetária contracionista sobre a demanda agregada. Salvo mudanças no comércio internacional e produtividade total dos fatores, cada vez mais lentamente, o crescimento do PIB tende a desacelerar até um valor que condiz com o crescimento de equilíbrio da economia, que de acordo com a estimação é próximo de 1,3% ao ano.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego projeta leve elevação para 5,49% em 2026 (comparada aos 5,10% em 2025), mantendo-se em patamar de equilíbrio em torno de 5,45% ao longo do horizonte projetado. Esse comportamento do emprego, associado ao ritmo moderado do produto, ratifica o diagnóstico de que o aperto monetário tem sido calibrado para conter contaminações da demanda sem provocar retração severa do nível de emprego. Ao que tudo indica a economia brasileira está próxima do pleno emprego, o consequente esgotamento do aproveitamento de ociosidades é um pesado fator de desaceleração do crescimento, tornando o dinamismo econômico brasileiro dependente do comércio internacional, produtividade dos fatores e crescimento vegetativo.

PERSPECTIVA

Tabela 1. Projeção das principais variáveis até 2031

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Crescimento do PIB	2,30%	1,96%	1,79%	1,53%	1,46%	1,41%	1,36%
Desemprego	5,10%	5,49%	5,47%	5,48%	5,47%	5,45%	5,43%
Inflação	4,26%	5,16%	4,93%	4,65%	4,40%	4,15%	3,89%
Dólar	R$ 5,50	R$ 5,24	R$ 5,39	R$ 5,52	R$ 5,65	R$ 5,78	R$ 5,92
META SELIC (fechamento) a.a.	15,00%	13,25%	12,75%	12,25%	11,75%	11,25%	10,50%
SELIC (fechamento) a.a.	14,90%	13,25%	12,67%	12,20%	11,81%	11,15%	10,58%
SELIC (média) a.a.	14,32%	13,92%	12,63%	12,34%	11,66%	11,28%	10,80%
SELIC REAL (fechamento) a.a.	10,21%	7,69%	7,38%	7,21%	7,10%	6,72%	6,44%
SELIC REAL (média) a.a.	9,65%	8,33%	7,34%	7,35%	6,95%	6,85%	6,65%
META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)	9,60%*	11,10%	10,86%	10,56%	10,30%	10,03%	9,76%

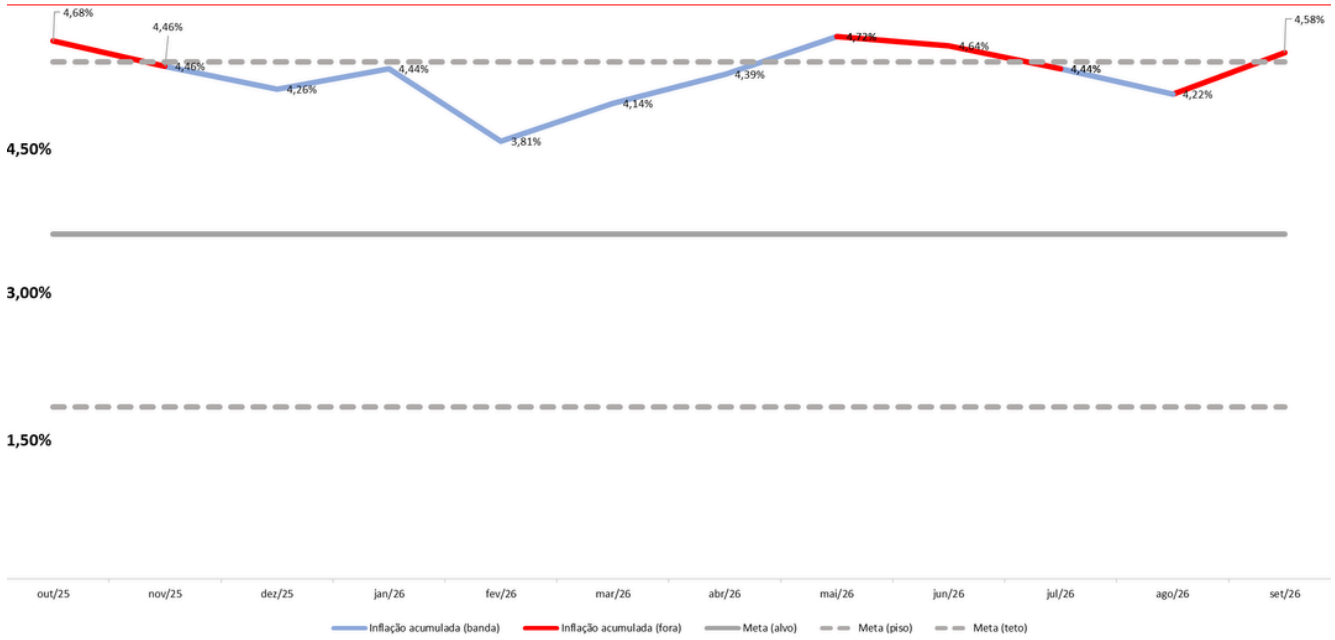
[19]BANCOCENTRAL: https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20261009.pdf

[20]Carry trade: Do inglês “translado de comércio”. Ato de tomar empréstimo em países de taxas básicas baixas e aplicar em países de taxas elevadas.



ANÁLISE DA INFLAÇÃO

GRÁFICO 1 - COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES



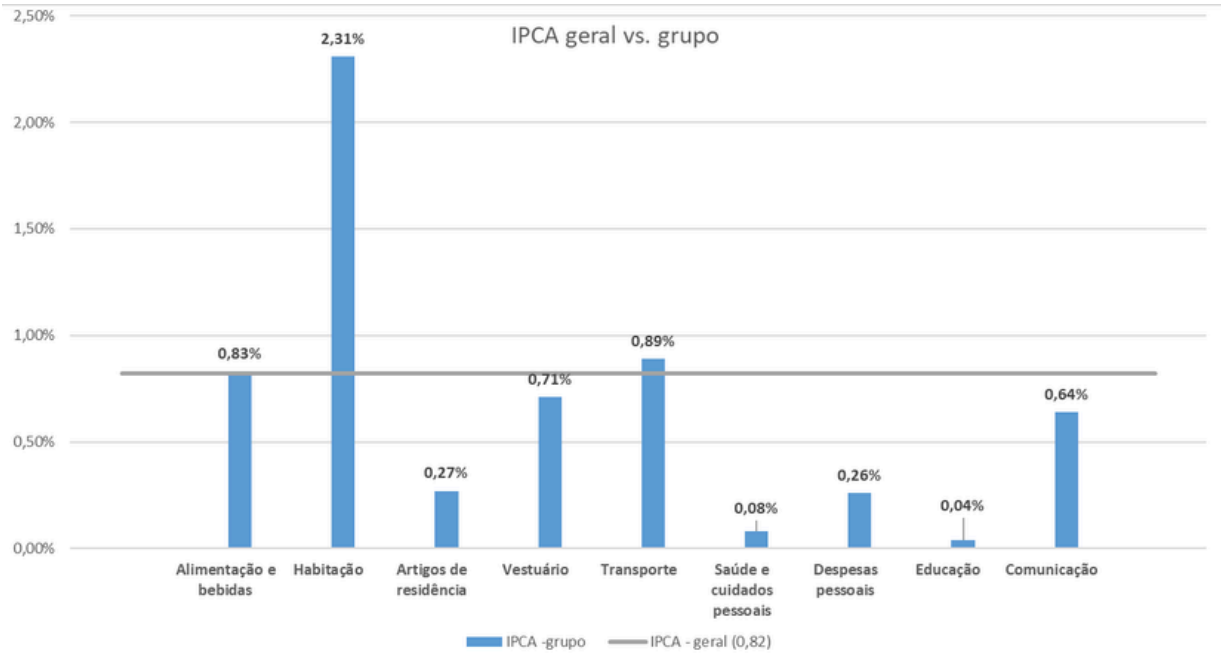
O Gráfico 1 apresenta a trajetória da inflação acumulada em 12 meses entre outubro de 2025 e setembro de 2026, em comparação com os limites da banda de tolerância da meta de inflação. No início do período, a inflação registrou 4,68% em outubro de 2025, permanecendo acima do limite superior da banda em novembro, quando atingiu 4,46%, passando, posteriormente, a situar-se abaixo desse limite.

Nos meses seguintes, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, alcançando 4,26% em dezembro de 2025 e 4,44% em janeiro de 2026. Em fevereiro de 2026, atingiu seu menor nível no período, com 3,81%. A partir de março, observou-se uma retomada gradual da inflação, com o índice avançando para 4,14% em março e 4,39% em abril. Em maio, a inflação atingiu 4,72%, ultrapassando o limite superior da banda de tolerância de 4,50%, e permaneceu acima desse patamar em junho, quando registrou 4,64%.

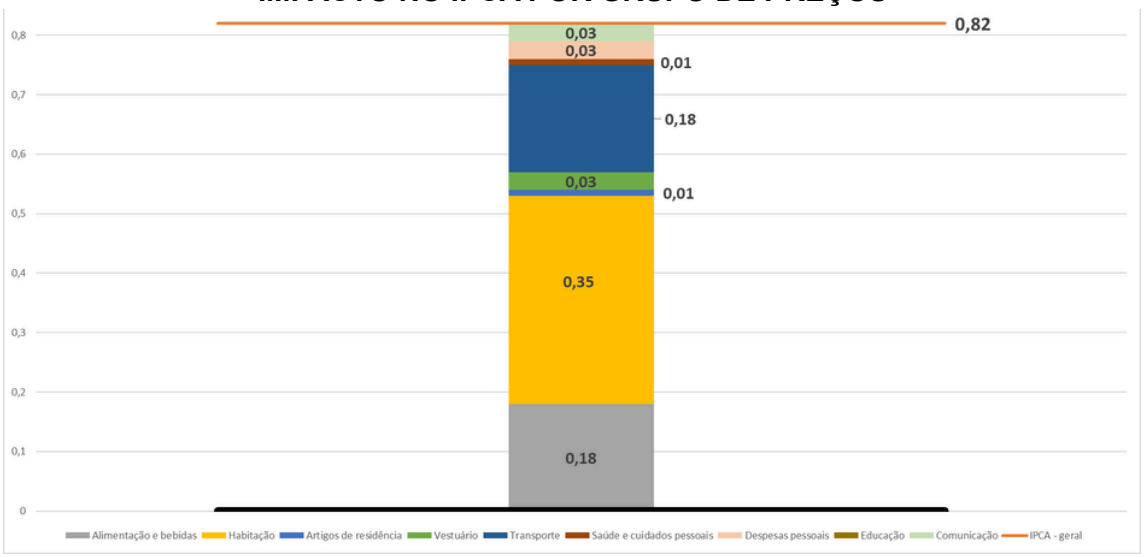
Em julho de 2026, verificou-se nova desaceleração, com a inflação recuando para 4,44%, retornando para dentro da banda de tolerância.

Em agosto, o índice continuou em queda, alcançando 4,22%. Entretanto, em setembro de 2026, houve uma elevação para 4,58%, indicando nova pressão inflacionária e posicionando o indicador acima do limite superior da banda de tolerância.De forma geral, o período analisado evidencia oscilações no comportamento da inflação, com desaceleração entre o final de 2025 e fevereiro de 2026, seguida de retomada das pressões inflacionárias no segundo trimestre e posterior recuo em julho e agosto. Em setembro, contudo, observou-se uma reversão parcial dessa tendência, com o índice voltando a ultrapassar o limite superior da banda de tolerância. Esse comportamento reforça a importância do acompanhamento contínuo da dinâmica dos preços e dos efeitos da política monetária sobre o cenário econômico, especialmente para subsidiar as decisões de investimento e a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

GRÁFICO 2 - IPCA POR GRUPO DE PREÇOS



IMPACTO NO IPCA POR GRUPO DE PREÇOS



O gráfico referente à inflação por grupos evidencia a contribuição dos diferentes componentes do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que registrou variação geral de 0,82% no período. Observa-se que todos os grupos analisados apresentaram variações positivas, variando no ritmo de crescimento e influenciando de forma distinta o resultado geral da inflação.

Entre os grupos que apresentaram as maiores variações positivas, destaca-se Habitação, com alta de 2,31%, configurando-se como o principal impacto de alta no período. Na sequência, Transporte registrou aumento de 0,89% e Alimentação e bebidas apresentou variação de 0,83% (ambos acima da média geral do IPCA de 0,82%). Também foram observadas altas relevantes em Vestuário (0,71%) e Comunicação (0,64%).Os demais grupos registraram variações positivas em menor intensidade: Artigos de residência (0,27%), Despesas pessoais (0,26%), Saúde e cuidados pessoais (0,08%) e Educação (0,04%).

Dessa forma, o gráfico demonstra que, enquanto grupos como Habitação, Transporte e Alimentação e bebidas puxaram o índice para cima registrando altas superiores ao IPCA geral (0,82%), os demais componentes registraram desaceleração ou variações moderadas. A análise desagregada evidencia, portanto, a diversidade de comportamentos entre os componentes do IPCA no período analisado.

GRÁFICO 3 - IPCA ACUMULADO EM 12 MESES VS. NÚCLEO DA INFLAÇÃO

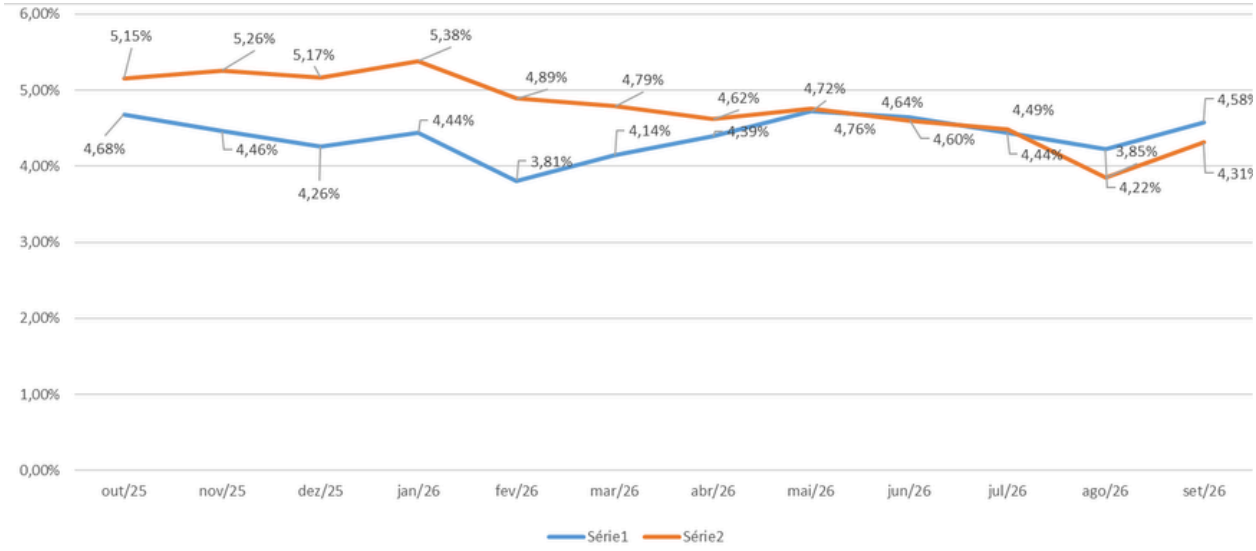
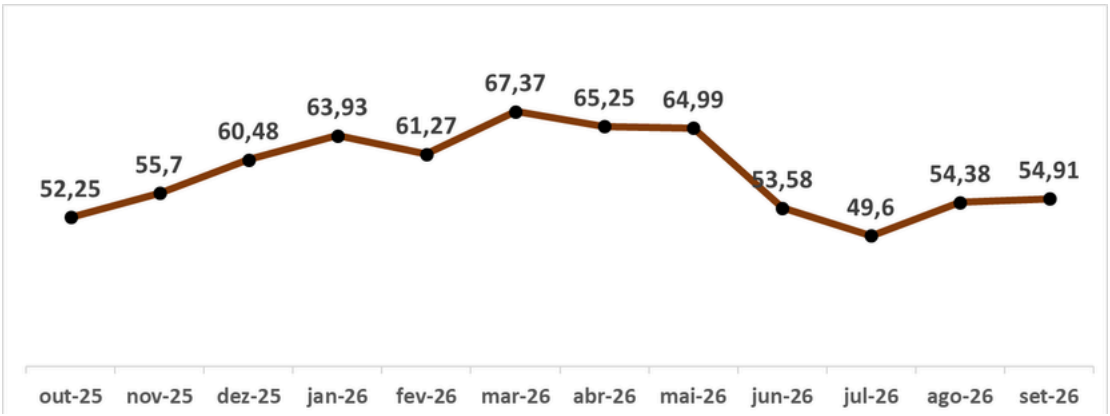


GRÁFICO 4 - DIFUSÃO DA INFLAÇÃO (%)



O Gráfico 3 apresenta a evolução do IPCA acumulado em 12 meses e do núcleo da inflação entre outubro de 2025 e setembro de 2026. No período, o IPCA apresentou oscilações, passando de 4,68% em outubro de 2025 para 3,81% em fevereiro de 2026, menor patamar da série. A partir de março, o indicador retomou a trajetória de elevação, atingindo 4,76% em maio, seguida de desaceleração até agosto, quando registrou 4,22%. Em setembro, voltou a subir, alcançando 4,58%.

O núcleo da inflação iniciou o período em 5,15%, atingiu o pico de 5,38% em janeiro de 2026 e apresentou redução nos meses seguintes, chegando a 3,85% em agosto. Em setembro, registrou elevação para 4,31%. De modo geral, os indicadores demonstram um processo de desaceleração inflacionária ao longo de parte de 2026, embora a alta observada em setembro indique uma retomada parcial das pressões sobre os preços. Esse comportamento reforça a importância do acompanhamento da inflação e de seus componentes para a avaliação do cenário macroeconômico e de seus possíveis reflexos sobre os investimentos e o cumprimento da meta atuarial do RPPS.

O Gráfico 4 apresenta a evolução do Índice de Difusão da Inflação entre outubro de 2025 e setembro de 2026,indicador que expressa a proporção de itens da cesta de consumo que registraram aumento de preços. A série demonstra uma trajetória de crescimento entre o final de 2025 e o primeiro trimestre de 2026, passando de 52,25% em outubro para 67,37% em março, quando atingiu o maior nível do período. Esse movimento evidencia que os reajustes de preços alcançaram uma parcela mais ampla dos bens e serviços pesquisados, indicando maior disseminação das pressões inflacionárias.

A partir de abril, o indicador iniciou uma trajetória de queda, passando de 65,25% para 64,99% em maio, com recuo mais expressivo em junho, quando atingiu 53,58%. Em julho, alcançou 49,60%, menor patamar da série. Nos meses seguintes, apresentou recuperação gradual, registrando 54,38% em agosto e 54,91% em setembro. Apesar dessa elevação recente, o índice permaneceu abaixo dos níveis observados no primeiro semestre, especialmente no período de maior disseminação dos aumentos de preços.

A evolução da gestão dos recursos previdenciários em Goiás.



A gestão dos recursos previdenciários do Estado de Goiás passou por uma transformação significativa ao longo dos últimos anos. Desde a criação da Goiás Previdência (GOIASPREV), em janeiro de 2009, a administração concentrava-se no acompanhamento das receitas, dos aportes e das despesas, com controles baseados principalmente em conciliações bancárias e fluxos de caixa. Esse modelo, predominantemente operacional, ainda não contemplava uma estrutura específica para a gestão de investimentos de longo prazo.

Um marco importante ocorreu com a publicação da Lei Complementar estadual nº 102/2013, que instituiu o Fundo Previdenciário e os fundos financeiros do RPPS/GO e do então RPPM/GO como unidades orçamentárias da GOIASPREV. A criação do fundo sob o regime de capitalização trouxe à autarquia a responsabilidade de administrar recursos destinados à formação de reservas previdenciárias. Entretanto, ainda não havia estrutura administrativa específica para essa finalidade, razão pela qual as atividades relacionadas aos investimentos foram atribuídas a unidades e gestores que já exerciam funções administrativas e financeiras.

A gestão iniciou-se de maneira incipiente, com recursos humanos limitados e reduzido suporte tecnológico. A mesma estrutura responsável pela arrecadação das receitas e pelo pagamento das despesas administrativas também realizava as aplicações no mercado financeiro e de capitais. O Comitê de Investimentos era composto pelo presidente da autarquia, pelo diretor e pelo gerente da área financeira, evidenciando a sobreposição entre as responsabilidades operacionais, a execução dos investimentos e as deliberações colegiadas.

Apesar dessas limitações, entre maio de 2013 e julho de 2017, o Fundo Previdenciário acumulou R$ 227,8 milhões em reservas, provenientes das contribuições dos segurados, das contrapartidas patronais e dos rendimentos das aplicações financeiras. Contudo, não havia acompanhamento sistemático dos resultados em relação à meta atuarial. A experiência também evidenciou lacunas importantes, como a necessidade de estudos atuariais que fundamentassem a estruturação do fundo e de áreas técnicas específicas para orientar a gestão do regime de capitalização.

Em julho de 2017, a extinção do Fundo Previdenciário, determinada pela Lei Complementar estadual nº 131/2017, resultou na transferência dos recursos acumulados para o Fundo Financeiro, submetido ao regime de repartição simples. Em 2020, a reorganização do modelo previdenciário estadual retomou a segregação da massa de segurados e a estruturação de fundos com características distintas. A Lei estadual nº 20.850/2020 integrou esse processo, que também contemplou a redefinição da composição, dos critérios de investidura e das competências do Comitê de Investimentos, fortalecendo a governança previdenciária.

A pandemia de COVID-19 e seus reflexos nos mercados financeiros acrescentaram novos desafios à gestão. Nesse contexto, a mudança estrutural mais expressiva ocorreu em 2023, com a criação da Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos (DAP) e de suas gerências de Investimentos e de Atuária, no âmbito da reorganização administrativa promovida pela Lei estadual nº 21.792/2023 e regulamentada pelo Decreto nº 10.218/2023.

A implantação dessa estrutura especializada representou um avanço na gestão dos ativos do Fundo Previdenciário e no acompanhamento dos passivos dos fundos financeiros. A formação de equipes técnicas qualificadas, a ampliação dos controles, o desenvolvimento de ferramentas próprias e o

fortalecimento da transparência passaram a integrar um processo contínuo de aperfeiçoamento institucional.

Os resultados dos investimentos constituem um dos indicadores dessa evolução. Conforme os dados considerados neste artigo, a rentabilidade do Fundo Previdenciário correspondeu a 135,6% da meta atuarial em 2023 e a 100% em 2024. Em 2025, alcançou 140% da meta, enquanto, no acumulado até agosto de 2026, correspondia a 122,3% do parâmetro estabelecido para o período. Esses resultados devem ser avaliados considerando também os riscos assumidos, as condições de mercado, a política de investimentos e a compatibilidade entre ativos e passivos.

Entre os avanços alcançados, destacam-se a formação de equipe técnica qualificada e certificada, o desenvolvimento de sistema próprio para o controle de cotas de fundos, saldos e rentabilidades, o aperfeiçoamento dos procedimentos de credenciamento de instituições financeiras e agentes de negociação de títulos públicos e a elaboração de estudos voltados ao controle e à redução do déficit financeiro e atuarial dos fundos em regime de repartição simples. Também merece destaque a divulgação de relatórios de investimentos mais completos e acessíveis, favorecendo a transparência e o controle institucional.

Esse processo de transformação contou com o apoio da alta administração da GOIASPREV, de seu Presidente Gilvan Cândido da Silva, de sua Diretoria Executiva e de seus Conselhos Fiscal e Deliberativo.

A experiência de Goiás demonstra que a gestão previdenciária exige mais do que o controle de receitas, despesas e saldos financeiros. Requer planejamento de longo prazo, conhecimento técnico, governança, transparência e avaliação permanente dos riscos e resultados. O fortalecimento dessas capacidades representa um passo fundamental para a proteção dos recursos previdenciários e para a segurança dos segurados e beneficiários do sistema.

Por Marcos Medeiros da Silva
Bacharel em Ciências Contábeis pela FACH – Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas,
Pós-graduado em Controladoria e Contabilidade Aplicada ao Setor Público pela UFG – Universidade Federal de Goiás,
Pós-graduado em Gestão Pública pela Faculdade Phênix de Ciências Humanas e Sociais do Brasil,
Servidor público – Gestor de Finanças e Controle,
Diretor de Gestão Integrada da Goiás Previdência (GOIASPREV)
Membro do Comitê de Investimentos da Goiás Previdência (GOIASPREV).

ENQUADRAMENTO

TABELA 3 - LIMITE DE ALOCAÇÃO SEGUNDO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. 5.272/25	Alvo
Subcarteira Imunização	0%	70%		60,00%
Art. 7, II e III	0%	70%	100%	
Subcarteira de Liquidez e Estabilidade	0%	40%		38,22%
Art. 7, II e III	0%	100%	100%	
Art. 7, I	0%	100%	100%	
Art. 7, V	0%	60%	80%	
Subcarteira de Riscos	0%	10%		1,78%
Art 8º	0%	70%	50%	
Art 9º	0%	30%	10%	
Art 10º, I	0%	30%	15%	

A Tabela 3 acima apresenta a estrutura de limites adotada na Política de Investimentos, organizando a carteira em três grandes subcarteiras: Imunização; Liquidez e Estabilidade; e Riscos. Para cada bloco, são definidos limites inferiores e superiores, bem como os percentuais-alvo de alocação estabelecidos na Política de Investimentos de 2026, sempre respeitando os parâmetros máximos estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025.

Observa-se que a Subcarteira de Imunização possui limite superior de 70% e alvo de 60%, evidenciando prioridade na proteção atuarial, por meio de ativos aderentes ao passivo previdenciário.

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, com limite superior de 40% e alvo de 38,22%, reforça o compromisso com a disponibilidade de recursos para a gestão dos fluxos financeiros e o cumprimento das obrigações atuariais.

Já a Subcarteira de Riscos, limitada a 10% da carteira e com alvo de 1,78%, estabelece espaço para alocações associadas a maior exposição a risco, dentro dos parâmetros definidos pela Política de Investimentos. A Tabela 3 constitui referência para o acompanhamento dos enquadramentos estabelecidos na Política de Investimentos de 2026.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO POR ENQUADRAMENTO LEGAL (RES. CMN Nº 5.272/2025)

DISPOSIÇÃO LEGAL	DESCRIÇÃO	LIMITE LEGAL	POSIÇÃO EM 30/09/2026
Art. 7° inciso I	Cotas de classes de fundos "Renda Fixa" (ETF), negociáveis em bolsa de valores aplicados exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.	100,00%	35,08%
Art. 7° inciso II	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, adquiridos em oferta primária ou em plataformas de negociação eletrônica.	100,00%	52,85%
Art. 7° inciso III	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no SELIC, adquiridos por intermediação de instituição financeira	100,00%	
Art. 7° inciso IV	Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no SELIC	5,00%	
Art. 7° inciso V	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, e cotas de classes de ETF de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, ambos sem o sufixo “Crédito Privado”	80,00%	11,42%
Art. 7° inciso VI	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	20,00%	
Art. 7° inciso VII	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" e denominadas com o sufixo “Crédito Privado”	20,00%	
Art. 7° inciso VIII	Cotas de classes de fundos de investimento	20,00%	
Art. 7° inciso IX	Cotas de subclasses sênior de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC	20,00%	
Art. 8°	Renda variável	50,00%	0,65%
Art. 9°	Investimento no exterior	10,00%	
Art. 10°	Investimento estruturado	20,00%	
Art. 11°	Fundos imobiliários	20,00%	

A Tabela 4 apresenta o enquadramento dos investimentos nos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025. Observa-se a predominância de aplicações em renda fixa, em consonância com as diretrizes que orientam a gestão dos recursos previdenciários. Destaca-se que o nível de certificação do GOIASPREV amplia as possibilidades de investimento previstas na regulamentação. Por possuir o nível máximo de certificação, o GOIASPREV pode acessar todas as classes de ativos autorizadas pela norma, desde que previstas na Política de Investimentos. Os dados evidenciam o atendimento aos limites e critérios legais vigentes.

DESEMPENHO

A composição atual da carteira reflete, em grande medida, o posicionamento definido pela Política de Investimentos de 2025, que prioriza a liquidez e a alocação em renda fixa atrelada a títulos públicos por meio de fundos de investimento. A transição para a nova estrutura de alocação foi iniciada em março de 2026, após a conclusão do processo de custódia, etapa necessária para viabilizar a implementação da estratégia prevista na política vigente.

Com a finalização desse processo, parte significativa dos recursos atualmente aplicados em fundos de investimento em renda fixa será gradualmente direcionada para a aquisição direta de títulos públicos federais, marcados na curva, no âmbito da Subcarteira de Imunização, a partir de maio de 2026. Essa mudança permitirá maior aderência entre os fluxos dos ativos e as obrigações atuariais do regime.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO AGOSTO	%	SALDO SETEMBRO
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE		**44,65%**	**R$445.179.043,28**	**46,50%**	**R$483.747.085,66**
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	03.543.447/0001-03	0,04%	362.578,40	0,04%	369.777,72
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	05.164.356/0001-84	2,56%	25.500.956,70	4,67%	48.626.064,91
CAIXA ALIANCA TP FI RF	05.164.358/0001-73	10,74%	107.104.487,42	10,40%	108.243.688,83
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	10.740.670/0001-06	5,87%	58.504.433,00	5,68%	59.142.416,53
BB RF REF DI TIT PUB FI LP	11.046.645/0001-81	1,36%	13.600.681,79	2,29%	23.845.374,78
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF LP	11.060.913/0001-10	4,37%	43.585.454,43	4,27%	44.455.793,43
BB PREV RF IRF-M1 TP	11.328.882/0001-35	3,58%	35.716.763,03	3,47%	36.097.784,43
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M 1+	32.161.826/0001-29	2,65%	26.407.313,86	2,60%	27.038.524,67
BTG-TESOURO SELIC SIMPLES INST FDI RF	37.927.707/0001-58	0,04%	363.022,62	0,04%	366.852,13
BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	46.134.096/0001-81	1,27%	12.616.394,40	1,23%	12.785.206,61
BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	46.134.117/0001-69	0,39%	3.845.991,23	0,38%	3.942.635,24
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RF	14.508.643/0001-55	0,11%	1.050.081,15	0,10%	1.060.667,72

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO AGOSTO	%	SALDO SETEMBRO
BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	13.077.415/0001-05	0,04%	376.578,80	0,04%	380.262,08
BB PREV RF PERFIL FIC FI	13.077.418/0001-49	11,02%	109.898.790,52	10,68%	111.080.557,21
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	23.215.008/0001-70	0,62%	6.198.992,61	0,60%	6.264.443,34
LTN - 27/03/2026	BRSTNCLTN8I046108	0,00%	46.523,32	0,00%	47.036,03

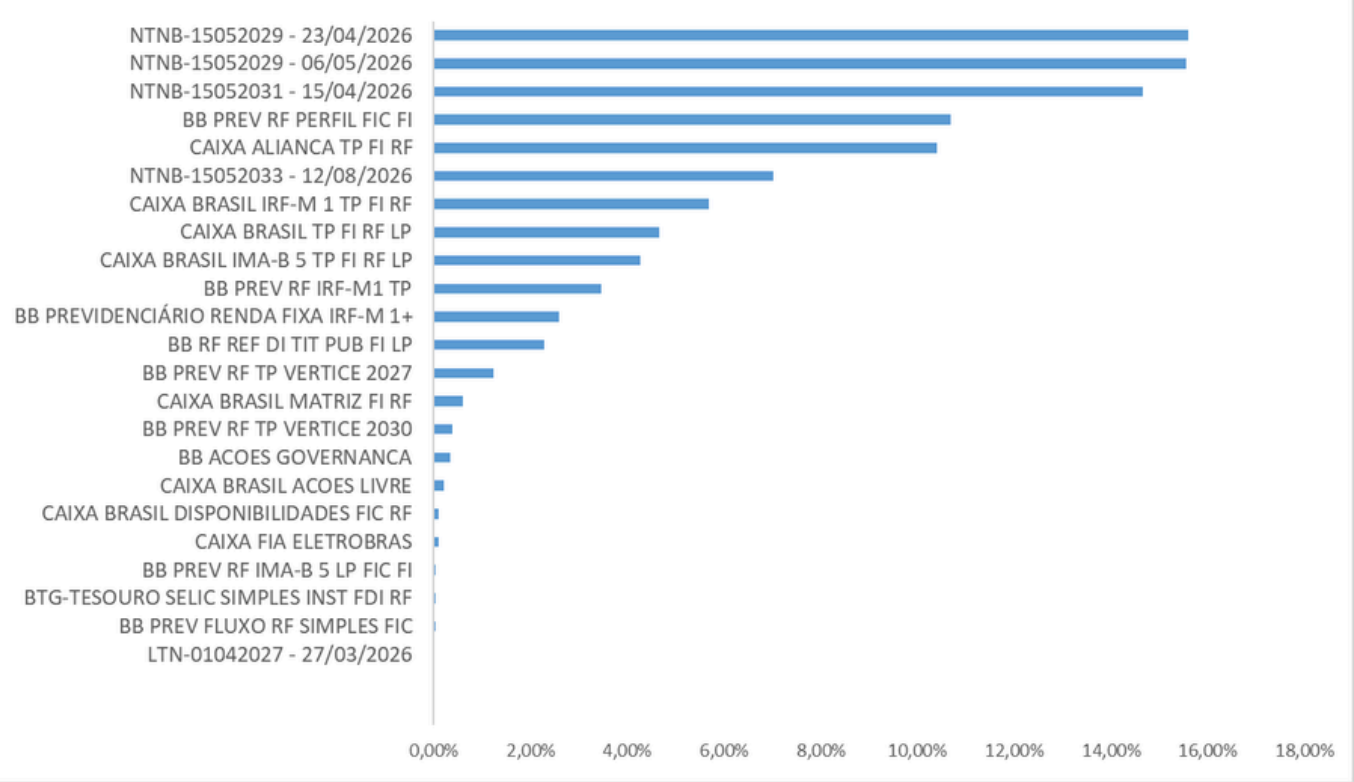
	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO AGOSTO	%	SALDO SETEMBRO
SUBCARTEIRA DE RISCOS		**0,64%**	**R$6.374.728,10**	**0,65%**	**R$6.751.564,32**
BB ACOES GOVERNANCA	10.418.335/0001-88	0,34%	3.398.669,64	0,34%	3.565.018,77
CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	30.068.169/0001-44	0,21%	2.085.040,83	0,22%	2.258.531,87
CAIXA FIA ELETROBRAS	45.443.475/0001-90	0,09%	891.017,63	0,09%	928.013,68
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO		**54,71%**	**R$545.416.623,31**	**52,85%**	**R$549.896.533,32**
NTNB-15052033	BRSTNCNTB6B146246	7,26%	72.423.927,94	7,02%	73.038.475,27
NTNB-15052029	BRSTNCNTB71646135	16,16%	161.114.320,03	15,61%	162.427.202,76
NTNB-15052029	BRSTNCNTB71646148	16,10%	160.534.190,43	15,56%	161.862.074,79
NTNB-15050031	BRSTNCNTB7X346127	15,18%	151.344.184,92	14,66%	152.568.780,50
CONTAS CORRENTES					
BANCO DO BRASIL			-	-	-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-		10.677,002,86	-	R$684.405,59
BTG PACTUAL	-		-	-	-
TOTAL DA CARTEIRA		**100%**	**R$1.007.647.397,55**	**100%**	**R$1.041.079.588,89**

A carteira manteve sua estratégia de investimentos voltada à segurança, liquidez e preservação do capital, com predominância de recursos aplicados em ativos de renda fixa.

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade apresentou aumento de participação, passando de 44,65% em agosto para 46,50% em setembro, com crescimento do saldo financeiro de R$ 445,17 milhões para R$ 483,74 milhões. Esse movimento foi impulsionado, entre outros fatores, pelo aumento das aplicações nos fundos Caixa Brasil TP FI RF LP, cuja participação passou de 2,56% para 4,67%, e BB RF Referenciado DI Títulos Públicos FI LP, que avançou de 1,36% para 2,29%.

A Subcarteira de Riscos manteve participação reduzida na carteira, preservando a baixa exposição a ativos de renda variável. Por sua vez, a Subcarteira de Imunização permanece relevante para a estratégia previdenciária, por meio de títulos públicos federais indexados à inflação (NTN-B), contribuindo para o alinhamento dos investimentos às obrigações atuariais do RPPS.No consolidado, a alocação dos recursos permaneceu orientada pela segurança, pela liquidez e pela sustentabilidade financeira, em consonância com a Política de Investimentos e as diretrizes da Resolução CMN nº 5.272/2025. Essa estratégia busca assegurar uma gestão prudente dos recursos previdenciários, conciliando a preservação do patrimônio com o cumprimento dos compromissos futuros do regime.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS NO FUNDO PREVIDENCIÁRIO



O Gráfico 5 evidencia a concentração dos investimentos do Fundo Previdenciário, com predominância de títulos públicos federais, especialmente as NTN-B, que, em conjunto, representam aproximadamente 55,4% da carteira (com destaque para as NTNB-15052029 com cerca de 15,5% e 15,4%, e NTNB-15052031 com cerca de 14,7%). Entre os fundos de renda fixa, destacam-se o BB Prev RF Perfil FIC FI, com cerca de 10,6%, a Caixa Aliança TP FI RF, com aproximadamente 10,4%, e o Caixa Brasil IRF-M 1 TP FI RF, com cerca de 5,6%. A composição da carteira demonstra uma estratégia predominantemente conservadora, voltada à preservação do patrimônio, à proteção dos recursos frente à inflação e à manutenção de adequada liquidez. A diversificação entre títulos públicos e fundos de renda fixa contribui para o equilíbrio entre segurança, rentabilidade e gestão dos riscos, favorecendo o cumprimento da meta atuarial do Fundo Previdenciário.



GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DESDE DEZEMBRO/2025

O gráfico 6 aponta o fechamento mês a mês desde dezembro de 2025. Em setembro de 2026, houve um acréscimo de R$ 22 milhões decorrente das arrecadações, e um rendimento de R$ 10 milhões com base nos valores investidos pela Gerência de Investimentos da Goiás Previdência. Com isso, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo Previdenciário em 30 de setembro de 2026 é de R$ 1.041, bilhão.

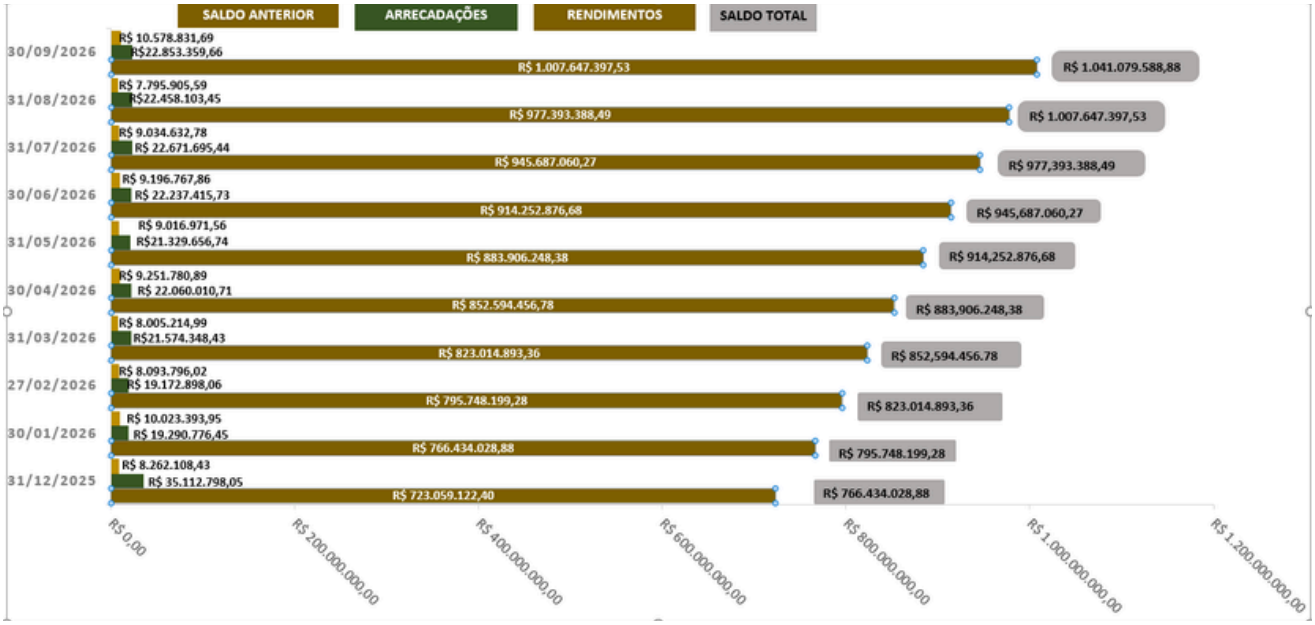


TABELA 6 - PERFIL, APLICAÇÕES, RESGATES E RENDIMENTOS

		MOVIMENTAÇÕES	TIPO DE RESGATE	RENDIMENTO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO				**R$4.479.910,00**	**R$545.416.623,32**	**R$549.896.533,32**
↳	NTNB-15052033-12/08/2026	-	No vencimento	614.547,33	72.423.927,94	73.038.475,27
↳	NTNB-15052029 - 23/04/2026	-	No vencimento	1.312.882,72	161.114.320,03	162.427.202,76
↳	NTNB-15052029 - 06/05/2026	-	No vencimento	1.327.884,37	160.534.190,43	161.862.074,79
↳	NTNB-15052031 - 15/04/2026	-	No vencimento	1.224.595,58	151.344.184,92	152.568.780,50

TABELA 6 - PERFIL, APLICAÇÕES, RESGATES E RENDIMENTOS (CONTINUAÇÃO)

		MOVIMENTAÇÕES	TIPO DE RESGATE	RENDIMENTO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE				**R$5.722.085,38**	**R$445.179.043,28**	**R$483.747.085,66**
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	-	D+0	7.199,33	362.578,40	369.777,72
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	22.845.957,02	D+0	279.151,19	25.500.956,70	48.626.064,91
↳	CAIXA ALIANCA TP FI RF	-	D+0	1.139.201,41	107.104.487,42	108.243.688,83
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	-	D+0	637.983,53	58.504.433,00	59.142.416,53
↳	BB RF REF DI TIT PUB FI	10.000.000,00	D+0	244.692,99	13.600.681,79	23.845.374,78
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP	-	D+0	870.339,00	43.585.454,43	44.455.793,43
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	-	D+0	381.021,40	35.716.763,03	36.097.784,43
↳	BB PREVIDENCIARIO 1+	-	D+0	631.210,82	26.407.313,86	27.038.524,67
↳	BTG-TESOURO SELIC RF	-	D+0	3.829,51	363.022,62	366.852,13
↳	BB PREVTP VERTICE 2027	-	D+0	168.812,21	12.616.394,40	12.785.206,61
↳	BB PREVTP VERTICE 2030	-	D+0	96.644,00	3.845.991,23	3.942.635,24
↳	LTN-01042027 - 27/03/2026	-	D+1	512,72	46.523,32	47.036,03
↳	BB PREV FLUXO RF SIMP	-	D+0	3.683,28	376.578,80	380.262,08
↳	BB PREV RF PERFIL FICFI	-	D+0	1.181.766,69	109.898.790,52	111.080.557,21
↳	CAIXABRASIL DISPONIBILIDADES	-	D+0	10.586,57	1.050.081,15	1.060.667,72
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI	-	D+0	65.450,73	6.198.992,61	6.264.443,34
SUBCARTEIRA DE RISCO				**R$376.836,22**	**R$6.374.728,10**	**R$6.751.564,32**
↳	BB ACOES GOVERNANCA		D+3	166.349,13	3.398.669,64	3.565.018,77
↳	CAIXA AÇOES LIVRE		D+15	173.491,04	2.085.040,83	2.258.531,87
↳	CAIXA ELETROBRAS		D+3	36.996,05	891.017,63	928.013,68

**É considerado movimentação financeira o resultado de todas as aplicações e resgates em cada fundo supra mencionado.*
**Aos fundos vértices não são admitidos resgates antes do vencimento, essa movimentação refere-se ao pagamento de cupom de juros, evento esse que ocorre para títulos a vencer em anos pares todo dia 15/02 e 15/08 de cada ano.*

A Tabela 6 demonstra a predominância de investimentos em renda fixa e títulos públicos, com maior concentração de recursos nas subcarteiras de Liquidez, Estabilidade e Imunização. Já a Subcarteira de Riscos apresenta menor participação na carteira e maior variação dos saldos ao longo do período.

TABELA 7 - CUSTOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS FUNDOS

		% do PL de RPPS	TAXA ADM ANUAL	TAXA ADM MENSAL	TAXA ADM RETIDA
					R$85.052,76
↳	CAIXA BRASIL TP	56,60%	0,20%	0,02%	4.246,27
↳	CAIXA ALIANCA TP	37,90%	0,20%	0,02%	17.834,41
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	96,00%	0,20%	0,02%	9.741,81
↳	BB RF REF DI TP	20,90%	0,10%	0,01%	1.132,87
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI LP	98,90%	0,20%	0,02%	7.257,59
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	96,00%	0,10%	0,01%	2.975,03
↳	BB PREV RF IRF-M 1+	36,40%	0,30%	0,02%	6.592,77
↳	BTG-TESOURO SELIC T FDI RF	4,00%	0,08%	0,08%	24,19
↳	BB TP VÉRTICE 2027	59,10%	0,20%	0,02%	2.100,81
↳	BB VÉRTICE 2030	67,00%	0,20%	0,02%	640,41
↳	LTN-01042027	-	-	-	-
↳	BB PREV FLUXO SIMPLES	43,80%	1,00%	0,08%	312,39
↳	BB PREV PERFIL	52,00%	0,20%	0,02%	18.299,70
↳	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RF	95,40%	0,20%	0,02%	174,85
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ	57,40%	0,20%	0,02%	1.032,22
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	48,90%	0,20%	0,02%	60,37
↳	CAIXA ATENA AÇOES LIVRE	99,80%	2,00%	0,1652%	3.443,61
↳	BB AÇÕES GOVERNANÇA	48,00%	1,00%	0,0830%	2.819,33
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS	24,30%	0,45%	0,0374%	333,44

A Tabela 7 apresenta os percentuais do patrimônio líquido aplicados nos fundos, bem como as respectivas taxas de administração anuais e mensais e os valores retidos no período. Observa-se que os fundos de renda fixa concentram a maior parcelas dos recursos e apresentam taxas de administração reduzidas, enquanto os fundos de renda variável apresentam taxas mais elevadas. No período analisado, foi retido o total de R$85.052,76 em taxas de administração pelas instituições financeiras.

GRÁFICO 7 - ARRECADAÇÃO OBSERVADA E ESTIMADA ACUMULADA DESDE JANEIRO DE 2026



O Gráfico 7 apresenta a evolução acumulada da arrecadação previdenciária observada e estimada pela DAP/GADPREV, entre janeiro e setembro de 2026, bem como a quantidade de segurados vinculados ao Fundo Previdenciário e a projeção da arrecadação para os meses subsequentes.

Observa-se uma trajetória crescente da arrecadação acumulada ao longo do período analisado, passando de R$ 19,29 milhões em janeiro para R$ 193,65 milhões em setembro de 2026. O crescimento foi contínuo, alcançando R$ 38,46 milhões em fevereiro, R$ 60,04 milhões em março, R$ 82,10 milhões em abril, R$ 103,43 milhões em maio, R$ 125,66 milhões em junho, R$ 148,34 milhões em julho e R$ 170,80 milhões em agosto, e 193,65 setembro.

A partir de outubro, a projeção da DAP/GADPREV indica a continuidade da expansão da arrecadação, com estimativas de aproximadamente R$ 217,62 milhões em outubro, R$ 241,60 milhões em novembro, R$ 265,58 milhões em dezembro de 2026.

Quanto à quantidade de segurados, o gráfico registra 9.861 segurados em janeiro, com uma pequena redução para 9.809 em fevereiro. A partir de março, observa-se a recuperação e o crescimento da base, que alcançou 10.529 segurados em março, 10.712 em abril e maio, 10.760 em junho, 10.756 em julho , 11.144 em agosto e 11.256 em setembro 2026. Dessa forma, entre janeiro e setembro, houve um aumento de 1.395 segurados, representando um crescimento de aproximadamente 14,15%.

De forma geral, os dados evidenciam a evolução da arrecadação previdenciária, acompanhada pela recuperação e ampliação da quantidade de segurados vinculados ao Fundo Previdenciário. A projeção para os meses finais do exercício indica a continuidade do crescimento da arrecadação, com expectativa de encerramento de 2026 em aproximadamente R$ 265,58 milhões.

RENTABILIDADES

TABELA 8 - RENTABILIDADE MENSAL E ACUMULADA POR SUBCARTEIRA

ATIVO		RENTABILIDADE MENSAL	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO *	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK - ANO
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO		**0,8214%**	**138,5751%**	**5,0485%**	**93,4279%**
↳	NTN-B 15.05.2033-12/08/2026	0,8500%	143,1541	1,1200%	20,7673
↳	NTN-B 15.05.2029- 06/05/2026	0,8300%	139,5479	4,2700%	78,9691
↳	NTN-B 15.05.2029 -23/04/2026	0,8100%	137,4745	4,7300%	87,4673
↳	NTN-B 15.05.2031 -15/04/2026	0,8100%	136,5078	5,0200%	92,9908
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE		**1,2504%**	**121,7118%**	**10,1951%**	**102,4011%**
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	1,9900%	193,2742	4,8500%	48,7286
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	1,0200%	99,6851	10,3400%	103,8755
↳	CAIXA ALIANCA TP FI RF	1,0600%	103,5325	10,3300%	103,7127
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	1,0900%	106,1462	10,3300%	103,7948
↳	BB RF REF DI TIT PUB FI LP	1,0600%	103,1000	10,4800%	105,2171
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF LP	2,0000%	194,3707	5,7400%	57,6876
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	1,0700%	103,8392	10,2100%	102,5322
↳	BB PREVIDENCIÃ RIO RENDA FIXA IRF-M 1+	2,3900%	232,6666	8,3600%	83,9227
↳	BTG-TESOURO SIMPLES INST FDI RF	1,0500%	102,6818	6,3000%	63,2326
↳	BB PREV RF TP VERTI 2027	1,3400%	130,2424	11,7000%	117,5377
↳	BB PREV RF TP VERTI 2030	2,5100%	244,5967	9,8800%	99,2445
↳	LTN-01042027 -	1,1000%	107,2734	7,2200%	72,5577
↳	BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	0,9800%	95,2056	9,7100%	97,5345
↳	BB PREV RF PERFIL FIC FI	1,0800%	104,6701	10,6200%	106,6982
↳	CAIXA BRASIL DISPO FIC RF	1,0100%	98,1333	3,2000%	32,1085
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	1,0600%	102,7726	10,5300%	105,8083

ATIVO		RENTABILIDADE MENSAL	COMPARAÇÃO COM BENCHMARK MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK - ANO
SUBCARTEIRA DE RISCO		5,9114%	125,4374%	9,3467%	73,2166%
↳	BB ACOES GOVERNANCA	4,8900%	1,0386	14,7300%	1,1538
↳	CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	8,3200%	1,7656	1,9300%	0,1515
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS	4,1500%	0,8811	8,9900%	0,7045
CARTEIRA CONSOLIDADA		1,0486%	81,7430%	9,5837%	115,7647%
↳	BANCO DO BRASIL	1,3400%	104,2719	10,2300%	123,583
↳	CAIXA ECONÔMICA	1,3000%	101,1488	10,0400%	121,2759
↳	BTG - PACTUAL	0,8200%	64,0474	604,9400%	73,0722

A tabela 8 apresenta o desempenho das subcarteiras de investimentos do Fundo Previdenciário, contemplando as rentabilidades mensais e acumuladas no ano de 2026, bem como sua comparação com os respectivos benchmarks.

A Subcarteira de Imunização registrou rentabilidade mensal de 0,8214%, correspondente a 138,5751% do benchmark mensal. No acumulado do ano, alcançou 5,0485%, equivalente a 93,4279% do referencial anual, evidenciando desempenho levemente abaixo do benchmark. Composta por títulos públicos federais indexados à inflação (NTN-B), com diferentes vencimentos e datas de aquisição, a subcarteira apresentou resultados positivos em todos os títulos relacionados. No mês, destacaram-se a NTN-B com vencimento em 15/05/2033, adquirida em 12/08/2026, com rentabilidade de 0,8500%, e a NTN-B com vencimento em 15/05/2029, adquirida em 06/05/2026, com retorno de 0,8300%. As NTN-Bs com vencimento em 15/05/2029, adquirida em 23/04/2026, e em 15/05/2031, adquirida em 15/04/2026, apresentaram rentabilidade mensal de 0,8100% cada. No acumulado do ano, os retornos foram de 1,1200%, 4,2700%, 4,7300% e 5,0200%, respectivamente, conforme os títulos relacionados na tabela. Os resultados refletem o comportamento dos títulos públicos indexados à inflação, cuja remuneração está associada à variação dos índices de preços e à dinâmica das taxas reais de juros.

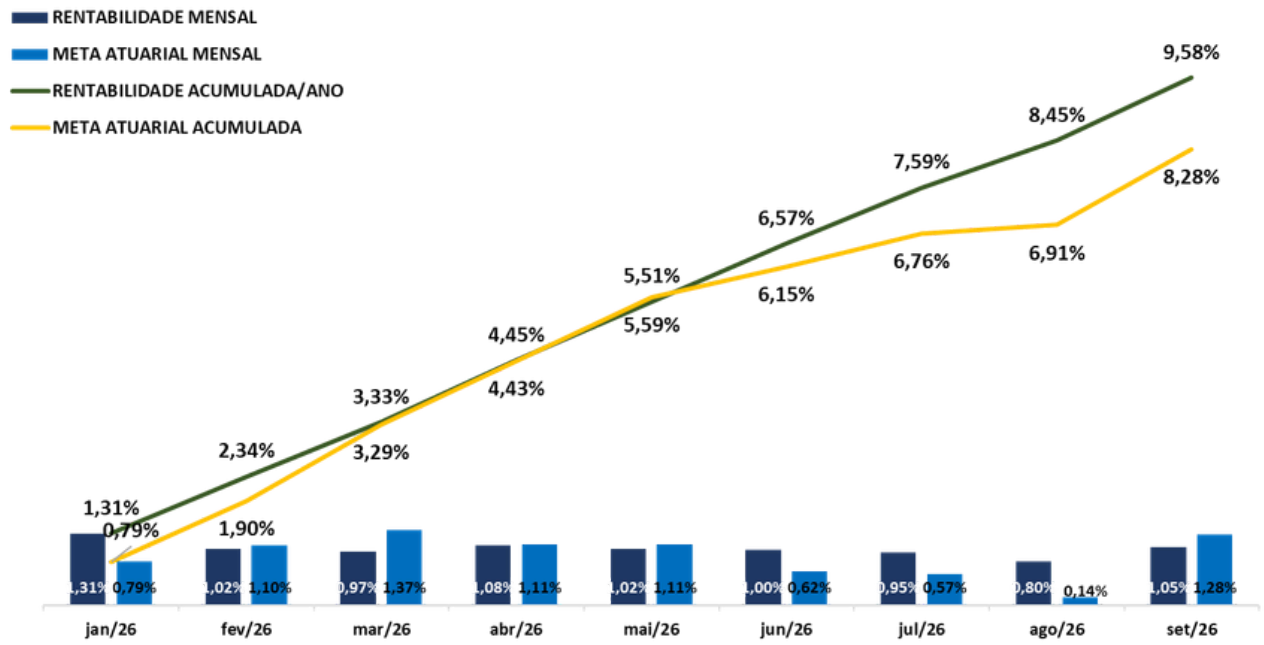
A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade apresentou rentabilidade mensal de 1,2504%, correspondente a 121,7118% do benchmark mensal. No acumulado do ano, a rentabilidade foi de 10,1951%, equivalente a 102,4011% do referencial anual, conforme os valores consolidados informados na tabela. Entre os ativos individuais, destacaram-se, no mês, o BB PREV RF TP VERTI 2030, com rentabilidade de 2,5100%, seguido pelo BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M 1+, com 2,3900%, pelo CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF LP, com 2,0000%, e pelo BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI, com 1,9900%. Os demais investimentos também apresentaram retornos mensais positivos, variando de 0,9800% a 1,3400%. No acumulado do ano, entre os ativos individuais dessa subcarteira, destacaram-se o BB PREV RF TP VERTI 2027, com rentabilidade de 11,7000%, o BB PREV RF PERFIL FIC FI, com 10,6200%, o BB RF REF DI TIT PUB FI LP, com 10,4800%, e o CAIXA BRASIL TP FI RF LP, com 10,3400%. Também apresentaram retornos acumulados relevantes o CAIXA ALIANÇA TP FI RF, com 10,3300%, e o CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF, igualmente com 10,3300%. Os resultados individuais demonstram a contribuição dos fundos de renda fixa e dos títulos públicos para a composição dos retornos da carteira, observadas as diferentes estratégias de investimento e exposições aos índices de referência.

A Subcarteira de Risco registrou rentabilidade mensal de 5,1914%, correspondente a 125,4374% do benchmark mensal. No acumulado do ano, alcançou 9,3467%, equivalente a 93,4279% do benchmark anual, conforme os indicadores apresentados. Entre os ativos, o CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE apresentou o maior retorno mensal, de 8,3200%, seguido pelo BB AÇÕES GOVERNANÇA, com 4,8900%, e pelo CAIXA FIA ELETROBRAS, com 4,1500%. No acumulado do ano, o BB AÇÕES GOVERNANÇA destacou-se com rentabilidade de 14,7300%, seguido pelo CAIXA FIA ELETROBRAS, com 8,9900%, enquanto o CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE registrou 1,9300%. Esses resultados evidenciam comportamentos distintos entre os investimentos em renda variável, sujeitos às oscilações do mercado acionário e às características específicas de cada estratégia.

Na Carteira Consolidada, a rentabilidade mensal foi de 1,0486%, correspondente a 81,7430% do benchmark mensal. No acumulado do ano, o retorno atingiu 9,5837%, equivalente a 115,7647% do referencial anual, conforme os dados consolidados apresentados. Na análise por instituição financeira, o Banco do Brasil registrou rentabilidade mensal de 1,3400% e acumulada de 10,2300%; a Caixa Econômica Federal apresentou retorno mensal de 1,3000% e acumulado de 10,0400%; e o BTG Pactual registrou rentabilidade mensal de 0,8200%, com indicador acumulado de 6,0494% ao ano.

De modo geral, os dados apresentados evidenciam resultados positivos nas três subcarteiras e na carteira consolidada. A diversificação entre títulos públicos, fundos de renda fixa e investimentos em renda variável contribui para a distribuição das exposições e para a composição do desempenho global do Fundo Previdenciário. A interpretação dos resultados deve considerar as características de cada subcarteira, os respectivos benchmarks e os objetivos de segurança, liquidez, preservação do capital e rentabilidade estabelecidos na Política de Investimentos.

GRÁFICO 8 - RENTABILIDADE DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO COM A META ATUARIAL



A análise do desempenho do Fundo Previdenciário nos nove primeiros meses de 2026 evidência uma trajetória positiva, com recuperação ao longo do período e superação da meta atuarial no acumulado do ano.

Em janeiro de 2026, o Fundo Previdenciário registrou rentabilidade de 1,31%, superior à meta atuarial de 0,79%, apresentando excedente de 0,52 ponto percentual. Em fevereiro, a rentabilidade foi de 1,02%, ficando abaixo da meta de 1,10%. Em março, o retorno alcançou 0,97%, também inferior à meta atuarial de 1,37%.

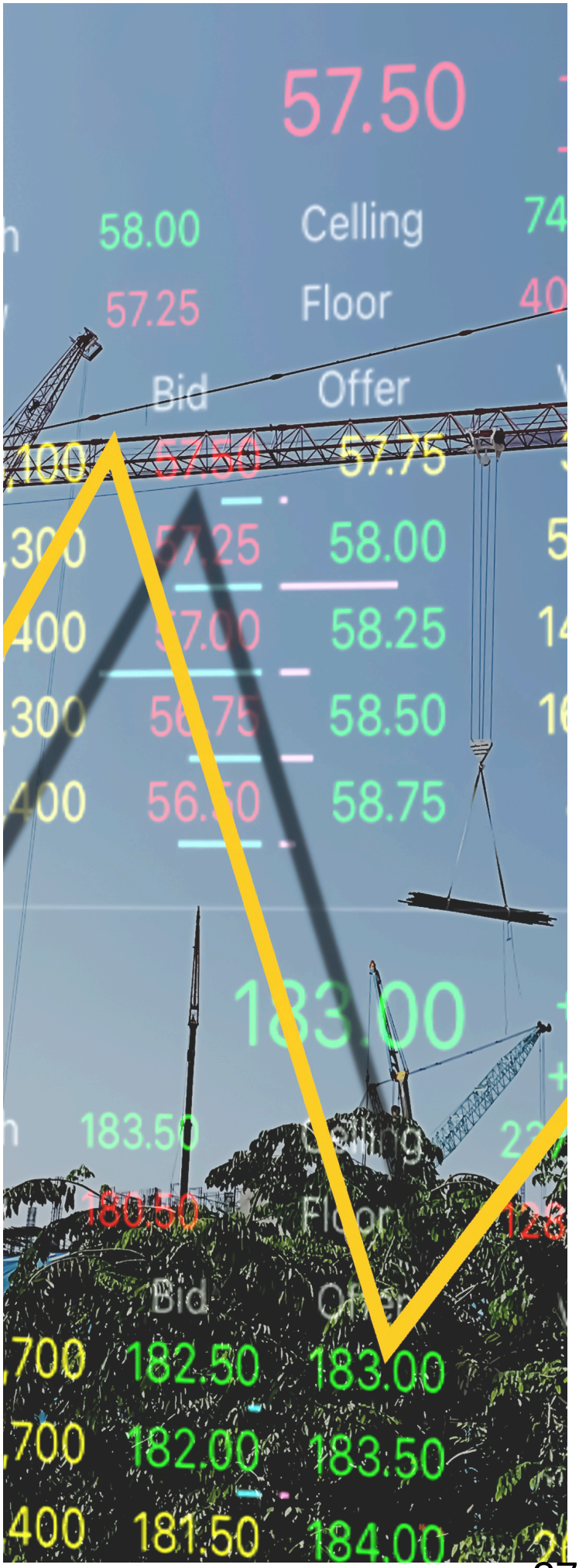
A partir de abril, observa-se uma maior aproximação e posterior superação da meta. Em abril, a carteira apresentou rentabilidade de 1,08%, próxima à meta de 1,11%. Em maio, o retorno foi de 1,02%, frente à meta de 1,11%. Em junho, o Fundo registrou rentabilidade de 1,00%, superando a meta de 0,62% em 0,38 ponto percentual. Em julho, a rentabilidade alcançou 0,95%, novamente acima da meta atuarial de 0,57%, com diferença positiva de 0,38 ponto percentual.

Em agosto de 2026, o Fundo Previdenciário apresentou rentabilidade de 0,80%, enquanto a meta atuarial do mês foi de 0,14%, resultando em desempenho superior em 0,66 ponto percentual. Seguindo a tendência, no mês de setembro**,** o Fundo obteve rentabilidade de 1,05%, frente a uma meta atuarial mensal de 1,28%**.**

Considerando a composição dos resultados mensais, ao final de setembro de 2026, a rentabilidade acumulada do Fundo Previdenciário alcançou 9,58%, enquanto a meta atuarial acumulada ficou em 8,28%, representando um desempenho superior de 1,30 ponto percentual.

De maneira geral, embora o Fundo tenha apresentado desempenho inferior à meta em meses específicos como fevereiro, março, abril, maio e setembro, os resultados obtidos nos demais períodos — especialmente em janeiro, junho, julho e agosto — contribuíram de forma decisiva para a consolidação dos ganhos e a manutenção da rentabilidade acumulada acima da meta atuarial.

O resultado reforça a efetividade da estratégia de investimentos adotada, baseada na diversificação da carteira, no controle dos riscos e equilíbrio entre segurança, liquidez e rentabilidade, contribuindo para a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo Previdenciário no longo prazo.



ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

TABELA 09 - SALDO MENSAL E RENDIMENTO POR IF

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	% RENDIMENTO	RENDIMENTO	% SALDO	SALDO
BANCO DO BRASIL	27,24%	R$2.881.379,85	21,06%	R$219.105.141,50
CAIXA	30,37%	R$3.213.199,53	26,05%	R$270.979.620,31
BTG	42,39%	R$4.484.252,23	52,89%	R$550.310.421,48
TOTAL	**100,00%**	**R$10.578.831,60**	**100,00%**	**R$1.040.395.183,29**

Os recursos do Fundo Previdenciário permanecem distribuídos entre três instituições financeiras, em conformidade com a estratégia de diversificação da carteira de investimentos. O BTG Pactual concentra a maior parcela dos recursos, representando 52,89% do patrimônio, equivalente a R$ 550.310.421,48. A Caixa Econômica Federal detém 26,05% dos recursos, totalizando R$ 270.979.620,31, enquanto o Banco do Brasil representa 21,06% da carteira, com R$ 219.105.141,50.

No período analisado, o Fundo registrou rendimentos totais de aproximadamente R$ 10,58 milhões. O BTG Pactual apresentou a maior participação nos ganhos, correspondendo a 42,39% dos rendimentos, no valor de R$ 4.484.252,23. A Caixa Econômica Federal respondeu por 30,37% dos rendimentos, equivalente a R$ 3.213.199,53, enquanto o Banco do Brasil contribuiu com 27,24%, totalizando R$ 2.881.379,85.

A distribuição dos recursos evidencia a predominância do BTG Pactual na composição patrimonial e na geração de rendimentos, mantendo-se a alocação dos investimentos entre as três instituições financeiras. Essa estrutura de distribuição contribui para a diversificação da carteira e para o acompanhamento dos riscos associados à gestão dos recursos previdenciários, observadas as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos e a regulamentação aplicável ao regime previdenciário.

ACOMPANHAMENTO DE DEALERS

A GOIASPREV conduz o processo de credenciamento de instituições financeiras com o objetivo de viabilizar a compra e a venda de títulos públicos federais nos mercados primário e secundário, permitindo, desde março de 2026, o início da operacionalização da Subcarteira de Imunização.

No âmbito desse processo, foi publicado edital para a contratação do serviço de custódia qualificada, tendo sido selecionado o BTG Pactual como custodiante, por ter sido a única instituição a atender integralmente às exigências estabelecidas no edital, além de apresentar proposta compatível com o princípio da economicidade. A contratação foi realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Atualmente, encontram-se aptas a participar do processo de credenciamento três instituições financeiras cadastradas como dealers pelo Banco Central do Brasil, pertencentes aos segmentos S1 e S2, que abrangem instituições de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional. Para que uma instituição financeira esteja habilitada a negociar títulos públicos em nome da GOIASPREV, é necessário que percorra cinco etapas do processo de credenciamento, as quais asseguram o atendimento aos critérios técnicos, operacionais e regulatórios estabelecidos pela entidade. Há ainda uma sexta etapa, destinada ao acompanhamento contínuo da instituição financeira, por meio da qual se busca assegurar a manutenção de sua habilitação.

ETAPAS DO CREDENCIAMENTO

1. Etapa de avaliação documental pela Gerência de Investimentos;
2. Etapa de inscrição da IF para análise documental pela Comissão Especial de Contratação (Portaria 2168 de 22 de outubro de 2025);
3. Etapa de resultado;
4. Etapa de recursos;
5. Etapa final com a homologação da IF no Diário Oficial do Estado de Goiás;
6. Controle contínuo do credenciamento.

TABELA 10 - ACOMPANHAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COMO DEALERS

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ETAPA	COMENTÁRIO
BGC	5	Não é IF S1 ou S2 conforme Tabela 10
TULLET	5	Não compõem mais a lista de Dealer do Bacen
BTG CORRETORA	6	Credenciada
SAFRA	6	Credenciada
SANTANDER	2	Falta de documentação por parte da IF
BANCO DO BRASIL	2	Falta de documentação por parte da IF
XP	3	Credenciada
CAIXA ECONÔMICA	2	Falta de documentação por parte da IF
ITAU	2	Falta de documentação por parte da IF
✓ ✓ ✓	6	Credenciada

A Tabela 10 apresenta o estágio atual do processo de credenciamento de instituições financeiras para a operacionalização da Subcarteira de Imunização da GOIASPREV, iniciada em março de 2026. Observa-se que três instituições financeiras já concluíram todas as etapas do processo e encontram-se devidamente credenciadas e aptas a realizar operações com títulos públicos em nome da entidade.

Por outro lado, algumas instituições ainda permanecem na fase inicial de análise documental, o que indica que a continuidade do processo depende do envio das informações e dos documentos exigidos para a avaliação. Além disso, duas instituições foram desclassificadas por não atenderem aos critérios técnicos estabelecidos, relacionados ao enquadramento nos segmentos de porte do sistema financeiro e à permanência na lista oficial de dealers do Banco Central.

De forma geral, o processo já assegura um número suficiente de instituições habilitadas para a realização das operações, ao mesmo tempo em que permanece aberto à eventual ampliação do número de participantes, conforme o avanço das etapas de credenciamento.

TABELA 11 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CLASSIFICADAS NOS SEGMENTOS S1 E S2

IF	SEGMENTO	IF	SEGMENTO
BB	S1	BCO SICREDI	S2
BRADESCO	S1	BCO DO NORDESTE	S2
BTG PACTUAL	S1	BNDES	S2
CEF	S1	CITIBANK	S2
ITAÚ	S1	NU PAGAMENTOS	S2
SANTANDER	S1	SAFRA	S2
BANCO SICOOB	S2	VOTORANTIM	S2
BANRISUL	S2	XP	S2

Fonte: Banco Central do Brasil – Segmentação Prudencial.
Data-base: dezembro de 2025.

As Tabelas 10 e 11 apresentam os critérios utilizados pela GOIASPREV para garantir maior segurança na seleção das instituições financeiras aptas a negociar títulos públicos.

A Tabela 11 reúne as instituições classificadas pelo Banco Central nos segmentos S1 e S2, que compreendem instituições de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional. Essas informações podem ser utilizadas como referência na avaliação do risco de crédito.

TABELA 12 - INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS COMO DEALERS DO DEMAB

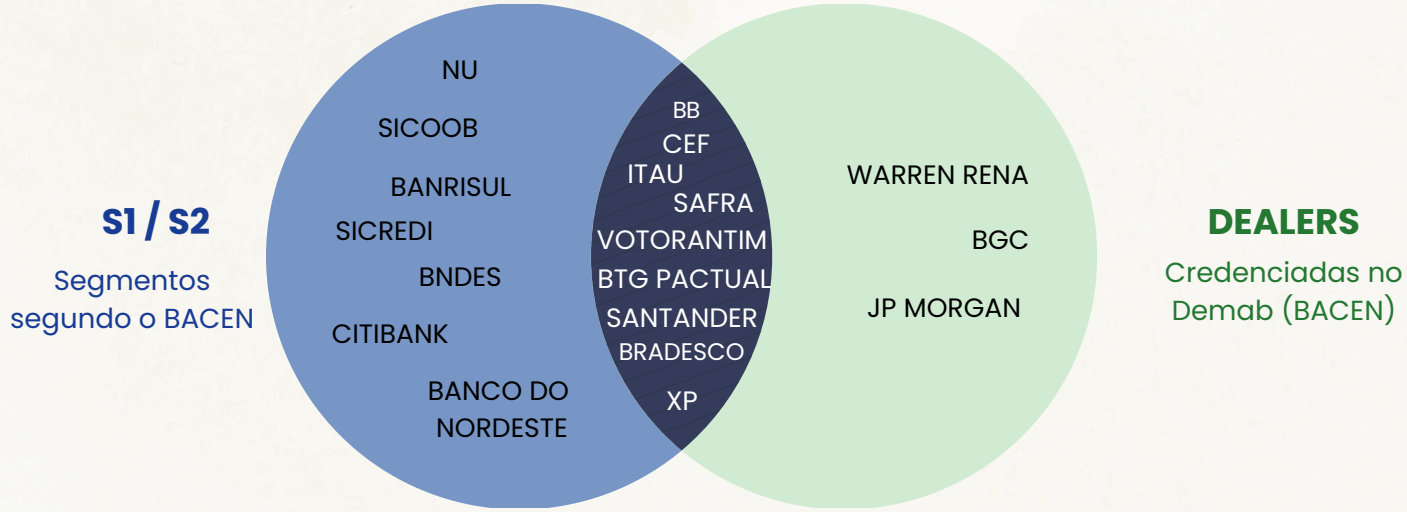
INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM O DEMAB	
BANCO BRADESCO S.A.	ITAÚ UNIBANCO S.A.
BANCO BTG PACTUAL S.A.	WARREN RENA DTVM LTDA.
BANCO J. P. MORGAN S.A.	XP ICCTVM S.A.
BANCO SAFRA S.A.	BGC LIQUIDEZ DTVM LTDA.
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
BANCO VOTORANTIM S.A.	BANCO DO BRASIL

Fonte: Banco Central do Brasil – Demab.
Período de avaliação: 10/02/2026 a 31/07/2026.

A Tabela 12 apresenta as instituições credenciadas como dealers do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab).

O Gráfico 9 cruza as duas informações, permitindo visualizar quais instituições classificadas nos segmentos S1 e S2 também integram o grupo de dealers do Banco Central.

GRÁFICO 9 - INTERSEÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES S1 E S2 E DEALERS DO DEMAB



Fonte: Banco Central do Brasil – Segmentação Prudencial e Demab.

ACOMPANHAMENTO DOS RISCOS

O monitoramento dos riscos da carteira é realizado a partir de indicadores que permitem avaliar a exposição aos riscos de mercado e a compatibilidade entre o comportamento dos investimentos e os objetivos específicos de cada subcarteira. Nesse contexto, a interpretação dos indicadores deve considerar a natureza econômica de cada estratégia, uma vez que a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade possui como objetivo central a estabilidade e a aderência aos seus referenciais, enquanto a Subcarteira de Risco, que objetiva assunção de riscos mediante maior rentabilidade, admite maior volatilidade em busca de retorno adicional. A subcarteira de Imunização, por seu turno, visa ser um segmento do portfólio cuja rentabilidade é necessariamente superior à meta atuarial, atuando como uma forma de hedge.

Os índices calculados para acompanhar o risco dos ativos são: margem sobre a meta atuarial (MMA), quanto maior, melhor; tracking error, quanto menor, melhor; índice de Sharpe, quanto maior, melhor; e Value at Risk (VaR), tipicamente negativo, quanto maior, melhor. A MMA é calculada para a carteira consolidada (todas as subcarteiras em conjunto) e para a Subcarteira de Imunização, o tracking error para a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, VaR e índice de Sharpe para a Subcarteira de Risco. À exceção do índice de Sharpe (dado unitariamente), todos são dados em porcentagem.

O sinal do Índice de Sharpe indica a relação entre o retorno excedente e o risco assumido. Quando positivo, indica retorno excedente positivo; quando negativo, indica retorno excedente negativo. Índices de Sharpe superiores a 1 são excelentes. Para o VaR, valores abaixo de -15% no VaR mensal e -60% em 12 meses são considerados um risco elevado. Valores positivos são extraordinariamente formidáveis. Para o tracking error, valores inferiores a 1% no mês e a 4% em 12 meses são considerados parâmetros de risco tolerável.

Na Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, o tracking error de setembro foi de 0,10% enquanto nos últimos 12 meses está em 0,34%. Ambos os indicadores encontram-se significativamente abaixo dos parâmetros considerados toleráveis, de até 1% no mês e 4% em 12 meses.

Dessa forma, os resultados de setembro indicam baixa dispersão dos retornos dos investimentos em relação aos seus respectivos benchmarks, evidenciando elevada aderência às estratégias de referência e comportamento compatível com os objetivos de estabilidade, liquidez e preservação do capital da subcarteira.

Nota-se que os ativos de menor tracking error no mês são, em geral, também aqueles que apresentaram menores valores no acumulado de 12 meses, indicando uma predisposição de determinadas estratégias a apresentarem maior ou menor divergência em relação aos seus referenciais. Entre os menos arriscados da subcarteira estão o CAIXA ALIANCA TP FI RF, com tracking error de 0,0031 em setembro, e 0,010 em 12 meses, respectivamente. Os fundos com estratégias atreladas ao CDI, à Selic e a índices de curto prazo apresentaram os menores níveis de Tracking Error no período, evidenciando elevada aderência aos respectivos benchmarks e reduzida variabilidade dos retornos.

Destacam-se o BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC, com 0,0010 no mês e 0,0344 em 12 meses;; o BB RF REF DI TIT PUB FI LP, com 0,0254 e 0,087; o BTG-TESOURO SELIC SIMPLES INST FDI RF, com 0,0122 e 0,0423, demonstrando comportamento
bastante alinhado aos respectivos índices de referência.

Entre os fundos indexados ao IMA-B 5, observaram-se níveis relativamente mais elevados de Tracking Error, destacando-se o CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF LP, com 0,4318 no mês e 1,4956 em 12 meses, e o BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI, com 0,4228 e 1,4652, respectivamente. Esses resultados refletem a maior volatilidade associada à marcação a mercado dos títulos públicos indexados à inflação e à sensibilidade desses ativos às oscilações das taxas de juros reais. Apesar de superiores aos observados nas estratégias de curto prazo, os indicadores permanecem abaixo do limite de 1% mensal e de 4% em 12 meses estabelecido como parâmetro de risco tolerável.

TABELA 13 - TRACKING ERROR DA SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE

Tracking Error	SETEMBRO	12 MESES
Subcarteira de Liquidez e Estabilidade	**0,1000%**	**0,3400%**
BB PREV FLUXO FIC FIF RI	0,0099%	0,0344%
CAIXA ALIANÇA TP	0,0031%	0,0106%
BB REF DI TP	0,0254%	0,0880%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI LP	0,4318%	1,4957%
BB PREV DI LP PERFIL FIC	0,0257%	0,0890%
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	0,4228%	1,4645%
BTG PACTUAL SELIC S FIF RF	0,0122%	0,0424%
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	0,0340%	0,1179%
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	0,0325%	0,1126%
CAIXA BRASIL IRF-M 1	0,0805%	0,2790%
BB PREV RF IRF-M1 TP	0,0810%	0,2807%
BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	0,2804%	0,9712%
LTN 01.04.2027	0,3228%	1,1183%
BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	0,7553%	2,6164%
BB PREV RF IRF-M1+	1,0566%	3,6603%
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADE	0,0063%	0,0217%

Também foram observados níveis relevantes de Tracking Error nos fundos e títulos vinculados ao IRF-M e às estratégias de maior duration. O CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF apresentou 0,0008 no mês e 0,0008 em 12 meses, enquanto o BB PREV RF IRF-M1 TP registrou 0,0008 e 0,0008, respectivamente. Já o BB PREV RF TP VÉRTICE 2027 apresentou 0,0028 no mês e 0,0028 em 12 meses, e a LTN com vencimento em 27/03/2026 registrou 0,0032 e 0,0032, demonstrando maior dispersão dos retornos em relação aos benchmarks quando comparados às estratégias de menor duration.

Os maiores níveis de Tracking Error permaneceram concentrados nas estratégias de maior prazo e maior sensibilidade às oscilações da curva de juros. Destaca-se o BB PREV RF TP VÉRTICE 2030, que apresentou 0,7553 no mês e 2,6164 em 12 meses, enquanto o BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M 1+ apresentou 1,056 no mês e 3,6603 no acumulado de 12 meses. Esses resultados refletem a maior exposição desses ativos às variações das taxas de juros e aos efeitos da marcação a mercado, características inerentes às estratégias de maior duration. Ainda assim, os indicadores observados permanecem dentro dos parâmetros de tolerância estabelecidos.

De forma geral, os resultados de setembro evidenciam que a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade apresentou elevada aderência aos seus respectivos benchmarks, com níveis de Tracking Error substancialmente inferiores aos parâmetros considerados toleráveis. O indicador agregado de 0,10 no mês, inferior ao limite de 1%, e de apenas 0,34% em 12 meses, também muito abaixo do limite de 4%, reforça a característica de estabilidade da subcarteira. A redução expressiva do Tracking Error agregado demonstra que, no período analisado, os investimentos apresentaram comportamento bastante próximo aos seus referenciais, com baixa dispersão dos retornos. Mesmo entre os ativos de maior sensibilidade às oscilações da curva de juros, os níveis registrados permaneceram dentro dos limites estabelecidos, não sendo identificado, em setembro, nenhum ativo com Tracking Error mensal ou acumulado em 12 meses acima dos parâmetros de risco tolerável. Assim, sob a ótica desse indicador, a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade apresentou, em setembro, comportamento compatível com sua finalidade de preservação do capital, liquidez e estabilidade dos investimentos, com os maiores desvios concentrados nas estratégias de maior duration e sensibilidade às condições de mercado, enquanto os fundos de curto prazo e vinculados ao CDI e à Selic permaneceram com elevada aderência aos respectivos benchmarks.

TABELA 14 - ÍNDICE SHARPE E VaR DA SUBCARTEIRA DE RISCO

Índice Sharpe	SETEMBRO	12 MESES
Subcarteira - Risco	**0,1403%**	**0,4862%**
CX BR ELETROBRAS	22,2014%	76,9079%
BB AÇÕES GOVERNANÇA	19,7681%	68,4786%
CX BR AÇÕES LIVRE - AÇÕES	0,0911%	0,3156%

VaR	SETEMBRO	12 MESES
Subcarteira - Risco	**-5,7100%**	**-19,7600%**
BB AÇÕES GOVERNANÇA IS	-4,1410%	-14,3449%
CX BR AÇÕES LIVRE - AÇÕES	-6,9966%	-24,2370%
CX BR ELETROBRAS	-9,3710%	-32,4619%

Tabela 14 – O Índice Sharpe da Subcarteira de Risco apresentou, em setembro, resultado positivo de 0,1403, indicando uma relação favorável entre retorno e risco assumido no período. No acumulado de 12 meses, o indicador alcançou 0,4862, evidênciando uma relação risco-retorno positiva no horizonte analisado. Entre os ativos que compõem a subcarteira, o BB ACOES GOVERNANCA apresentou o melhor resultado mensal, com Índice Sharpe de 0,1977, seguida pela CAIXA FIA ELETROBRAS, com 22,2014. O CAIXA BRASIL ACOES LIVRE apresentou resultado positivo de 0,0911. No acumulado de 12 meses, a CAIXA FIA ELETROBRAS apresentou o melhor resultado, com Índice Sharpe de 76,9079 seguida pela BB ACOES GOVERNANCA, com 68,4786. O CAIXA BRASIL ACOES LIVRE, por sua vez, apresentou resultado positivo de 0,3156, indicando que, no horizonte analisado, o retorno compensou o risco assumido.

Quanto ao VaR (Value at Risk), a Subcarteira de Risco apresentou resultado de -5,7100% em setembro e -19,76% no acumulado de 12 meses, indicando exposição às oscilações do mercado e refletindo a maior volatilidade característica dos investimentos em renda variável. Na análise individual dos ativos, o BB ACOES GOVERNANCA apresentou o menor VaR negativo, com -4,1410% no mês e -14,3449% em 12 meses, seguido pela CAIXA BRASIL ACOES LIVRE, com -6,9966% e -24,2370%, respectivamente. A CAIXA FIA ELETROBRAS apresentou o maior VaR negativo, com -9,3710% no mês e -32,4619% no acumulado de 12 meses, indicando maior exposição ao risco de perda potencial entre os ativos da subcarteira. Em relação ao VaR, os resultados indicam que, embora a subcarteira permaneça exposta à volatilidade inerente aos investimentos em renda variável, os níveis de perda potencial permaneceram dentro dos parâmetros considerados aceitáveis, não sendo identificado, em setembro, nenhum ativo com risco elevado segundo os limites estabelecidos.

TABELA 15 - MARGEM SOBRE A META ATUARIAL DA CARTEIRA CONSOLIDADA

Margem sobre a Meta Atuarial	SETEMBRO	2026
CARTEIRA CONSOLIDADA	**-18,2569%**	**15,7648%**

A Tabela 15 demonstra que a Carteira Consolidada apresentou, em setembro, margem de -18,2569% em relação à meta atuarial, indicando que a rentabilidade do mês não superou o retorno mínimo exigido pelo regime para o cumprimento de seus compromissos futuros. No acumulado de 2026, a margem alcançou 15,7648%, evidenciando que, no período acumulado, a carteira permanece acima do parâmetro atuarial estabelecido, contribuindo positivamente para a sustentabilidade do plano previdenciário.

TABELA 16 - *RATING* DAS AGÊNCIAS CLASSIFICADORAS E GINV

GINV	Fitch	S&P	Moody's
AAA	AAA	AAA	Aaa
AA	AA	AA	Aa
A	A	A	A
BBB	BBB	BBB	Baa
BB	BB	BB	Ba
B	B	B	B
CCC	CCC	CCC	Caa
CC	CC	CC	Ca
C	C	C	
RD	RD	D	C
D	D		

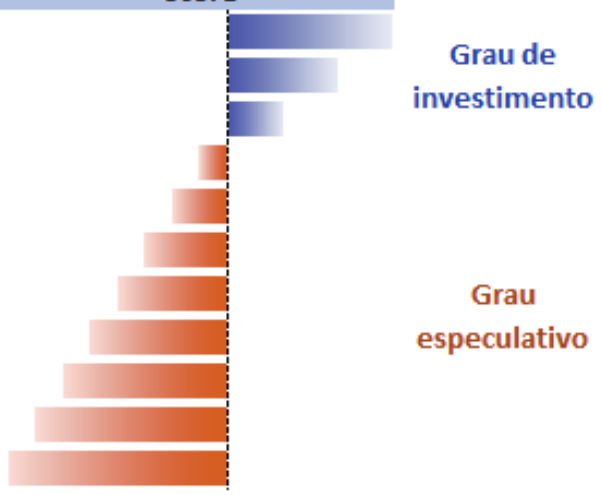


TABELA 17 - PROPORÇÃO DOS PAPEIS QUE CONSTITUEM OS FUNDOS POR *RATING*

FUNDO	AAA	AA	BBB	TOTAL
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA	15,96%	17,68%	3,52%	37,16%
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	14,84%	17,16%	2,57%	34,57%

As tabelas apresentadas consolidam as classificações de risco de crédito atribuídas pelas principais agências internacionais. A partir desses referenciais amplamente utilizados pelo mercado, foi estruturado um padrão interno denominado GINV, que permite padronizar a análise e facilitar a mensuração do risco de crédito no âmbito da carteira. As faixas compreendidas entre AAA e A representam o grau elevado de qualidade de crédito, também conhecido como grau de investimento, indicando emissores com elevada capacidade de honrar seus compromissos financeiros. A categoria BBB ainda integra o grau de investimento, embora represente o limite inferior dessa classificação. Abaixo desse patamar, iniciam-se as categorias BB e B, enquadradas como grau especulativo, caracterizadas por maior sensibilidade a condições econômicas adversas. As classificações CCC, CC e C indicam grau baixo de qualidade de crédito ou situação extremamente especulativa, enquanto os níveis RD e D representam situação de moratória ou default. Importante destacar que o rating é aplicado exclusivamente aos fundos que detenham ativos com risco de crédito privado, uma vez que títulos públicos federais estão sujeitos ao risco soberano e não demandam avaliação individualizada de crédito privado. No âmbito da GOIASPREV, essa metodologia é utilizada especificamente para os fundos CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA e CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP, por apresentarem em sua composição ativos emitidos por instituições financeiras ou empresas privadas. Ambos os fundos possuem exposição a risco de crédito em aproximadamente 35% dos papéis, sendo que a maior proporção corresponde aos títulos classificados como AA (aprox. 17%), seguida dos títulos AAA (aprox. 15%) e, por último, os títulos com menor proporção nos fundos são aqueles classificados como BBB (aprox. 3%). Isso demonstra que os fundos possuem papéis mais seguros, confirmando a posição conservadora da GOIASPREV.

SUSTENTABILIDADE - ESG

O monitoramento dos fatores Ambientais, Sociais e de Governança (ASG/ESG) integra o processo de análise e gestão de riscos dos investimentos, considerando sua materialidade e relevância para a segurança, a liquidez, a rentabilidade e a preservação do patrimônio previdenciário. No âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), essa abordagem deve estar alinhada às diretrizes da Resolução CMN nº 5.272/2025, vigente desde fevereiro de 2026, e aos princípios de prudência financeira, governança e gestão responsável dos recursos previdenciários.

No cenário de outubro de 2026, destaca-se a continuidade do aprimoramento das práticas de transparência e divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade no mercado de capitais brasileiro. Nesse contexto, os padrões internacionais do International Sustainability Standards Board (ISSB), incorporados aos pronunciamentos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), constituem referências relevantes para a identificação, a avaliação e a divulgação de riscos e oportunidades associados à sustentabilidade, especialmente aqueles relacionados às mudanças climáticas e aos seus possíveis impactos financeiros.

Como atualização regulatória importante, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou, em maio de 2026, a Resolução CVM nº 244, que alterou a Resolução CVM nº 193 e revogou a a obrigatoriedade anteriormente prevista para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade pelas companhias abertas.

A nova disciplina preservou a possibilidade de adoção voluntária dos padrões do CBPS e do ISSB, com exigências de observância desses referenciais para as entidades que optarem por realizar a divulgação. Essa alteração reforça a importância de acompanhar a evolução normativa e considerar a disponibilidade, a consistência e a comparabilidade das informações divulgadas pelos emissores e participantes do mercado. Nesse contexto, a Goiás Previdência (GOIASPREV) mantém o acompanhamento das práticas de mercado, das orientações dos órgãos reguladores e das informações disponibilizadas por emissores, administradores e gestores dos investimentos. A consideração dos aspectos ASG ocorre de forma gradual e criteriosa, de acordo com a natureza dos ativos, a disponibilidade de informações e a relevância dos fatores ambientais, sociais e de governança para a exposição a riscos e para as perspectivas de desempenho dos investimentos.A integração desses fatores contribui para ampliar a visão sobre riscos que podem afetar os ativos no longo prazo, incluindo riscos climáticos, regulatórios, reputacionais e relacionados às práticas de governança. Sua avaliação, entretanto, deve ser realizada em conjunto com os indicadores econômico-financeiros e com as análises de crédito, mercado, liquidez, rentabilidade e aderência à Política de Investimentos, respeitando os limites e requisitos estabelecidos pela regulamentação aplicável aos RPPS.



CONTROLE DE ATIVIDADES

	Relatório de Investimentos	Observações
Enquadramento legal e à Política de Investimentos	Tabela 3 (pag. 15) Tabela 4 (pag. 16)	
Desenquadramentos e medidas corretivas		Não houve desenquadramentos
Risco de mercado (retorno, volatilidade, VaR, tracking Error e Índice Sharpe	Tabela 14 (pag. 33) Tabela 15 (pag. 33)	
Risco de crédito (exposição e concentração)	Tabela 17 (pag. 34)	
Análise consolidada de riscos	Tabela 16 (pag. 34)	
Levantamento e monitoramento de custos	Tabela 7 (pag. 22)	
Rentabilidades	Tabela 8 (pag. 24)	
Credenciamento de Instituições Financeiras	Tabela 11 (pag. 30)	
Monitoramento contínuo de credenciados	Tabela 10 e 11 (pag. 29 e 30)	
Monitoramento dos fundos em exposição ao Exterior		Não há aplicações em fundos estrangeiros
ESG na gestão de Investimento do RPPS	Página 35	

Goiás Previdência

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Gilvan Cândido da Silva
Presidente
Marcos Medeiros da Silva
Diretor de Gestão Integrada
Adriana Jesus Silva Batista
Gerente de Contabilidade
Antonio Francisco Craveiro Portela
Gerente de Investimentos
Ricardo Mendes
Gestor de Finanças e Controle - CGE

Conheça a Política de Investimentos

Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos

Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira
Diretor de Gestão de Ativos e Passivos
Liah de Deus Coutinho
Analista Administrativa

Gerência de Investimentos

Antonio Francisco Craveiro Portela
Gerente de Investimentos
Sirlene Najar de Avila Teles
Assessora de Investimentos
Paulo José Paiva Guimarães
Analista de Investimentos
Oliveira Gomes de Sousa Junior
Assistente de Investimentos
Ana Paula dos Santos Torres
Analista de Investimentos

ESTADO DE GOIÁS
GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Referência: Processo nº 202611129001777

Interessado(a): DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Parecer acerca do Relatório de Investimentos de Setembro 2026

PARECER Nº 18/2026/GOIASPREV/CI-19523

PARECER TÉCNICO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RELATIVO AO RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS (Setembro/2026)

1. Contextualização

O presente parecer tem por objetivo analisar a apresentação referente ao desempenho do Fundo Previdenciário do RPPS/GO no mês de Setembro de 2026. O documento integra as rotinas de acompanhamento mensal do portfólio, conforme as diretrizes da Resolução CMN n° 5272/2025 e das práticas de governança estabelecidas pelo Pró-Gestão RPPS.

2. Panorama Econômico e Cenário Macroeconômico

O cenário econômico em Setembro de 2026 foi marcado pela persistência das pressões inflacionárias e pela manutenção do processo de flexibilização da política monetária. Nesse contexto, o Boletim Focus encerrou o mês projetando a taxa Selic em 13,50% a.a. para o final de 2026, enquanto a expectativa para o IPCA permaneceu próxima de 5,00% (4,99%). O Copom, em sua reunião de Setembro, reduziu a taxa Selic para 13,75% a.a., mantendo uma postura cautelosa diante das incertezas fiscais, das expectativas de inflação ainda acima da meta e do cenário internacional.

O IPCA acumulado em 12 meses até Setembro avançou para 4,58%, ante 4,22% em Agosto, voltando a superar o limite superior da meta de inflação, de 4,50%. No mês de Setembro, o índice registrou inflação de 0,82%, resultado superior às expectativas do mercado (0,76% Focus Bacen). A alta foi influenciada principalmente pela elevação das tarifas de energia elétrica, decorrente do fim do efeito do Bônus de Itaipu, além do avanço nos preços de alimentos e transportes. Esse comportamento interrompeu a melhora dos indicadores correntes de inflação

observada nos meses anteriores, embora parte relevante do resultado tenha sido influenciada pela reversão de fatores pontuais.

No mercado financeiro, a curva de juros futuros (DI) apresentou comportamento condicionado pela combinação entre a continuidade do ciclo de cortes da Selic e a persistência dos riscos fiscais, inflacionários e externos. Na ponta curta, a trajetória das taxas refletiu a expectativa de continuidade do processo de flexibilização monetária, acompanhando a redução da Selic e a perspectiva de novos cortes. Em contrapartida, os vértices de médio e longo prazo permaneceram mais sensíveis às incertezas relacionadas à política fiscal, às expectativas de inflação e ao ambiente internacional, mantendo a volatilidade nos prazos mais longos. Dessa forma, o cenário de Setembro apresentou aceleração dos indicadores correntes de inflação, embora mantendo a perspectiva de continuidade da flexibilização monetária no curto prazo. Entretanto, a permanência das expectativas inflacionárias acima da meta e das incertezas fiscais e externas manteve elevada a percepção de risco nos prazos mais longos, limitando um movimento mais consistente de fechamento da curva de juros nessa região.

3. Desempenho e Rentabilidade do Fundo Previdenciário

O Fundo Previdenciário apresentou expansão dos recursos administrados, alcançando R$ 1.041.588,88 em Setembro de 2026, o que representa crescimento de 30,8302% em relação ao fechamento de Janeiro de 2026 (R$ 795.748.199,28). O portfólio mantém-se plenamente enquadrado nos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025 demonstrando aderência aos critérios prudenciais de diversificação e concentração por emissor.

No mês de Setembro de 2026, o Fundo Previdenciário registrou rentabilidade de 1,0486%, ficando abaixo da meta atuarial mensal de 1,2828%, o que corresponde a aproximadamente 81,7430% da meta estabelecida. No acumulado do ano, a rentabilidade alcançou 9,5837%, acima da meta atuarial de 8,2786%, correspondendo a aproximadamente 115,7647% da meta prevista para o período. Esses resultados evidenciam a efetividade da estratégia de investimentos adotada, com destaque para a contribuição das posições em títulos públicos federais indexados à inflação, que exerceram papel relevante no desempenho da carteira.

4. Conclusão e Encaminhamento

Diante do exposto, conclui-se que:

1. O relatório apresenta resultados aderentes à Política de Investimentos vigente;

2. O portfólio encontra-se regularmente enquadrado nos parâmetros legais, normativos e com a Política de Investimentos vigente em 2026;

3. As práticas de governança, controle e acompanhamento da gestão estão em conformidade com o Pró-Gestão RPPS e a Resolução CMN nº 5.272/2025;

4. O Comitê aprova o Relatório de Investimentos referente a Setembro de 2026.

5. Encaminha-se à DIREX para deliberações posteriores.

Goiânia, 20 de outubro de 2026.

Antonio Francisco Craveiro Portela
Membro do Comitê

Ricardo Mendes
Membro do Comitê

Adriana Jesus Silva Batista
Membro do Comitê

Marcos Medeiros da Silva
Membro do Comitê

Gilvan Cândido da Silva
Presidente do Comitê

Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO FRANCISCO CRAVEIRO PORTELA**, **Gerente**, em 23/10/2026, às 14:05, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MEDEIROS DA SILVA**, **Diretor**, em 23/10/2026, às 14:51, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA JESUS SILVA BATISTA**, **Técnica em Gestão Pública**, em 26/10/2026, às 10:16, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Documento assinado eletronicamente por **RICARDO MENDES**, **Assessor(a)**, em 26/10/2026, às 15:52, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Documento assinado eletronicamente por **GILVAN CANDIDO DA SILVA**, **Presidente**, em 29/10/2026, às 16:29, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1** informando o código verificador **97328326** e o código CRC **B9002305**.